



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

PAULA KOREY DA SILVA

**UM ARCO-ÍRIS DE SANGUE: ANÁLISE DISCURSIVA DE CASOS DE
VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS EM TEXTOS JORNALÍSTICOS**

**RECIFE
2022**

PAULA KOREY DA SILVA

**UM ARCO-ÍRIS DE SANGUE: ANÁLISE DISCURSIVA DE CASOS DE
VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS EM TEXTOS JORNALÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem, tendo como área de concentração os Estudos Interdisciplinares da Linguagem.

Orientadora: Prof. Dra. Vicentina Ramires

RECIFE

2022

K84a

Korey, Paula

UM ARCO-ÍRIS DE SANGUE: ANÁLISE DISCURSIVA DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA
PESSOAS TRANS EM TEXTOS JORNALÍSTICOS / Paula Korey. - 2022.
69 f. : il.

Orientadora: Vicentina Maria Ramires Borba.

Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Recife, 2022.

1. Jornalismo. 2. Análise crítica do discurso. 3. Pessoas trans. 4. Violência. I. Borba, Vicentina Maria Ramires, orient. II. Título

CDD 470

PAULA KOREY DA SILVA

**UM ARCO-ÍRIS DE SANGUE: ANÁLISE DISCURSIVA DE CASOS DE
VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco, à seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof. Dra. Vicentina Ramires

Programa De Pós-Graduação Em Estudos Da Linguagem/PROGEL - UFRPE

Examinadora Externa: Profa. Dra. Lílian Noemia Torres De Melo Guimarães

UAST-UFRPE

Examinador Interno: Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo

Programa De Pós-Graduação Em Estudos Da Linguagem/PROGEL - UFRPE

RECIFE

2022

EPÍGRAFE

O coração dela foi arrancado!
 Ela teve seu corpo usado.
 O assassino se lambuzou em seu corpo.
 Devem ter gozado.
 Nunca se viram.
 Não se conheciam.
 Um monstro.
 Brutalidade e abjeção mãos dadas ao sagrado.
 Em nome DEle.
 Ele colocou uma santa no lugar no coração dela.
 Em nome DEle.
 Ele abriu seu peito com cacos de vidro.
 Mas quem era ela?
 Quem era essa demônio
 que ele quis exorcizar
 com seu ímpeto
 incentivado pelo discurso
 religioso que nos demoniza.
 Ele aparece nas mídias
 e sobre ela a gente não sabe nada.
 Ela está morta.
 Nasceu morta
 E morreu morta.
 Invisível
 Sua história foi apagada
 Ela não tinha nome?
 Família?
 Ninguém a conhecia?
 O apagamento dela é inaceitável e isto não é um bom sinal.
 Quem será a próxima?
 Precisamos humanizar a vítima,
 Lhe dar um rosto, pois a estão demonizando.
 O mundo precisa saber quem é ela.
 Eu quero saber!
 Precisamos purificá-la.
 Chega de naturalizar
 A violência contra nós.
 O demônio é ele!
 E ele está solto, vivo.
 Ela não.
 Nós também não!

O Coração da Travesti - Bruna Benevides

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a Dandara Kettlely, Roberta Nascimento da Silva, Laysa Fortuna, Shélida Ayana, Keron Ravach, Alana Azevedo, Lorena Muniz, Quelly da Silva, Luanna Kelly, Monike Matias Chagas, Paola Prado, Luana Paty, Carol Eleotério, Soraya Santiago, Rhyanna Mabelly, Ludmila Silva, Daniele Rodrigues, Kareen Victoria, entre tantas outras mulheres trans e travestis que tiveram suas vidas ceifadas por discursos de ódio e por uma ideologia antitrans, que tem crescido e, cada vez mais, ganhado força no Brasil, levando a crimes violentos, como travesticídio, transfeminicídio, assim como diversas outras formas de violência e de violações de direitos humanos.

Esses são alguns nomes de pessoas trans que foram assassinadas nos últimos 4 anos. Decidimos nomeá-las, pois o ato da nomeação reconhece suas existências e histórias, trazendo a inscrição dessas pessoas em um todo social. Enquanto essas partiram, outras cotidianamente têm o direito à existência negado e são expostas à morte em um processo contínuo de desumanização de suas vidas. Inclusive, no momento em que estamos escrevendo este trabalho, o Brasil vive um momento histórico marcado pelo retrocesso da política brasileira, cujos ideais ferem violentamente a vida das pessoas dissidentes. Por isso, dedicamos este trabalho a todes que seguem rompendo os padrões e que lutam na/pela vida para serem e estarem no mundo com suas diferenças e pluralidades.

Continuem (re)existindo e desafiando o Cistema, pois, como diria Keila Simpson, a vingança das pessoas trans é envelhecer.

Viva as travestigêneres!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a mim mesma, por ter tomado o protagonismo em minha própria história e não ter desistido em meio a tantos tropeços. Não foi fácil chegar até aqui, mas eu consegui.

À minha querida orientadora, Profa. Vicentina Ramires, que me guiou e orientou com a paciência e a dedicação tão próprias dela. Também agradeço aos demais professores e professoras do Mestrado em Estudos da Linguagem da UFRPE, pois foram luz nesta trajetória e me mostraram que pesquisa se faz coletivamente e no enfrentamento, mas tudo isso com afeto, em especial às professoras Brenda Carlos, Valéria Gomes, Renata Vicente e aos professores Natanael Azevedo, Téo Ferreira e João Batista.

À professora Lílian, minha doce Lin, por ter me apresentado a e expandido meus conhecimentos sobre Análise Crítica do Discurso. Também pela leitura atenta, pelas valiosas críticas e sugestões e por fazer parte dessa banca afetiva.

Ao professor Iran Melo, pelo sorriso acolhedor, pelas informações e pelos conselhos perspicazes. E, principalmente, pela generosidade e por me fazer perceber que a desconstrução é o melhor caminho para poder construir o discurso e as noções engessadas de (re)existências.

À minha família, pelo amor incondicional e pela torcida em todo o tempo. Vocês são o motivo e a razão para eu avançar e vislumbrar novos sonhos.

Aos amigos queridos, pelo incentivo, pela motivação, pelo amor e pelo companheirismo sólidos, em tempos de sentimentos tão líquidos, em especial a Suelen Wanderley, Roberta Cavalcanti, Darine Marie, Rebeca Angelin, Gabriel Barreto, Fernanda Nascimento, Arthur Lins, Rafaela Espíndola e Ailton Gomes.

A todos os amigos PROGEL, pelas contribuições teórico-metodológicas e pelo companheirismo de sempre.

RESUMO

A partir do entendimento do jornalismo enquanto agente social que promove e repercute certas formas do senso comum e serve ao poder como mantenedor das estruturas sociais, este trabalho propõe-se a analisar, de modo crítico, a forma como os casos de violência e violações dos direitos humanos contra a população trans são divulgados nos jornais, a fim de entender/questionar as estratégias linguísticas usadas para anunciar tais crimes e as possíveis consequências do uso dessas estratégias para o debate do assunto na sociedade. Por meio da Análise Crítica de Discurso (ACD), foram examinadas 4 notícias veiculadas nos portais G1 e UOL, entre o período de 2017 a 2021, cenário de recrudescimento da LGBTfobia e de legitimação de discurso de ódio e violência, notadamente relacionado à narrativa político-eleitoral. Para nortear o percurso analítico, as reflexões aqui tecidas ancoram-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD), nas perspectivas de estudos sobre Gênero e Sexualidade, bem como teorias sobre o Jornalismo. Os resultados apontam que os discursos jornalísticos reproduzem relações de gênero e de poder hegemônicas que contribuem para invisibilizar a identidade das pessoas trans, através de mecanismos usados na produção de sentidos violentos na/pela linguagem, produzindo e reforçando estereótipos que podem ser responsáveis pela manutenção das desigualdades e do preconceito. Acreditamos que este estudo se justifica diante de um cenário de violências e restrições de direitos e do boom de neoconservadorismos que estamos vivenciando, em que o gênero, como um dispositivo social de controle da maior importância, não ficou de fora. Portanto, torna-se imperativo ampliar as pesquisas relacionadas às noções engessadas acerca das identidades de gênero e sexualidade, mostrando a necessidade de discussões sobre a pluralidade de vivências de gênero e de sexualidades e do quanto ainda precisamos avançar nesse debate.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Análise crítica do discurso; Pessoas trans; Violência.

ABSTRACT

From the understanding of journalism as a social agent that promotes and affects certain forms of common sense and serves power as the maintainer of social structures, this dissertation proposes to critically analyze the way in which cases of violence and violations of human rights against the TRANS population are published in the newspapers, in order to understand and to question the linguistic strategies used to announce such crimes and the possible consequences of using these strategies for the debate on the subject in society. Through Critical Discourse Analysis (CDA), 4 news published on the G1 and UOL portals were examined, between the period from 2017 to 2021, presenting a scenario of resurgence of LGBTphobia and the legitimation of hate speech and violence, notably related to the political-electoral narrative. To guide the analytical path, the reflections presented here are anchored in the theoretical-methodological assumptions of Critical Discourse Analysis (CDA), in the perspectives of studies on Gender and Sexuality, as well as theories on Journalism. The results indicate that journalistic discourses reproduce hegemonic gender and power relations that contribute to making invisible the identity of trans people, through mechanisms used in the production of violent meanings in/through language, producing and reinforcing stereotypes that may be responsible for maintaining the inequalities and prejudice. We believe that this study is justified in the face of a scenario of violence and rights restrictions and the neoconservatism boom that we are experiencing, in which gender, as a social control device of the greatest importance, was not left out. Therefore, it is imperative to expand research related to fixed notions about gender identities and sexuality, showing the need for discussions about the plurality of experiences of gender and sexualities and how much we still need to advance in this debate.

KEYWORDS: Journalism; Critical discourse analysis; trans people; Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Dados dos assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2021.....	18
Quadro 1: Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.....	48
Quadro 2: Caracterização geral das matérias selecionadas.....	47
Figura 1: notícia publicada no portal Uol.....	48
Figura 2: notícia publicada no portal G1	49
Figura 3: notícia publicada no portal G1.....	53
Figura 4: notícia publicada no portal Uol.....	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
Procedimentos Metodológicos	14
2. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: ASPECTOS GERAIS	19
2.1 Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva crítica de investigação da linguagem	21
3. QUESTÕES DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE OS DISSIDENTES	24
3.1 Breve nota sobre a Teoria <i>QUEER</i>	26
3.2 Transgredindo o (CIS)tema: a derrubada da normalidade cisheteronormativa	29
3.3 É preciso (trans)formar a sociedade.....	32
3.4 A dor invisível: para além da agressão física	34
4. JORNALISMO EM TRÂNSITO.....	36
4.1 Notícia jornalística	37
5. ANÁLISE DO CORPUS	40
Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito	42
6. TECENDO ALGUMAS CONCLUSÕES	59
REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

Lamentavelmente, a violência acompanha e marca a vida das pessoas trans¹ desde seus primeiros anos. É um ciclo de violências de todas as ordens, como violência moral, sexual, física, discursiva, simbólica etc. Logo, essas pessoas, que ousam desafiar o CISTema², são colocadas à margem, aludindo ao que Butler (2001) denominou como “corpos que não importam”.

Segundo Jesus (2012), historicamente, essa população é estigmatizada, marginalizada e perseguida, em decorrência da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído no nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero.

No bojo desta problematização, está a questão da inteligibilidade e da abjeção na tentativa de enquadramento às normas de gênero, fazendo com que as pessoas trans acabem se tornando marginalizadas e sejam patologizadas pelos discursos científicos, o que cria inúmeras dificuldades para que sejam reconhecidas, pois, de acordo com a normalização binária, o gênero deveria estar em acordo com o sexo biológico. Assim, esses corpos, que não se enquadram no discurso hegemônico, são considerados abjetos, ininteligíveis e desprovidos de direitos. Logo, ocorre o natural extermínio dessa população.

De acordo com a Associação Nacional de Transexuais e Travestis do Brasil (ANTRA), a expectativa de vida de uma pessoa transexual ou travesti no país é de cerca de 35 anos, menos da metade da média nacional, estimada pelo IBGE em 75,8 anos. Paradoxalmente, 35 anos é a idade média que as pessoas cisgêneras concretizam um casamento e alcançam grandes cargos em empresas, conforme dados apontados pelo IBGE. Ou seja, a idade, que significa a conquista de sonhos de milhares de brasileiros, para as mulheres travestis e transexuais, representa o fim da vida.

Ainda segundo dados divulgados pela ANTRA, em 2021, pelo menos 140 pessoas trans, entre homens e mulheres transexuais, transmasculinos e travestis, foram assassinadas no Brasil, em contextos de transfobia, o que faz o Brasil liderar, pelo 13º ano consecutivo

¹ Pessoas trans é um termo amplo utilizado para cunhar identificações, identidades e expressões de gêneros que inclui travestis no contexto latino-americano, transgêneros, transexuais, entre outras identidades. Essa forma será usada ao longo desse texto para falar sobre as identidades trans que serão mencionadas.

² Sistema em que corpos cisgêneros assumem/possuem maior legitimidade em detrimento dos corpos não consonantes com a norma de gênero.

(TGEU/2021), o ranking de países, entre outras 55 (cinquenta e cinco) nações, com mais registros de homicídios dessa população. Das 140 vítimas de homicídios, 135 eram travestis/mulheres trans, o que torna nítido que a motivação tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas, que representam 96% dos casos. O relatório também revelou que o ano de 2021 teve um aumento de 141% em relação a 2008, o ano em que a ONG Transgender Europe (TGEU), organização que monitora, globalmente, dados levantados por instituições trans e LGBTQIA+, iniciou o monitoramento global e que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 140 em 2021.

Para termos ideia da gravidade do problema, o México, país que ocupa o segundo lugar nesse ranking global, reportou metade do número de assassinatos acontecidos no nosso país, conforme relatórios de diversas agências internacionais, como a Transgender Europe e Trans Respect Versus Transphobia Worldwide.

Além desse cenário de violências, a ANTRA também destaca a vulnerabilidade socioeconômica e de trabalho a qual as pessoas trans estão submetidas. Também é relevante salientarmos outros dados apontados pela ANTRA, no que diz respeito a três marcadores: classe/contexto social, gênero e questões raciais. Conforme a associação, as mulheres trans, negras e trabalhadoras sexuais são as que mais são mortas. Os crimes cometidos são direcionados majoritariamente a essas mulheres, pois, em sua maioria, elas se encontram em situação de rua, logo em maior vulnerabilidade.

Esses dados estatísticos indicam o quão estigmatizadas e violadas são as vidas dessa população. No entanto, os números divulgados poderiam ser ainda maiores, contudo não existe um órgão oficial que faça a coleta de dados dos crimes cometidos contra essa população. Os dados e levantamentos são realizados por algumas ONGs de ativistas LGBTQIA+, de maneira voluntária, a partir de pesquisa dos casos em matérias de jornais e mídias vinculadas à internet.

Nesse contexto, como são dados coletados na mídia, existe um grande índice de subnotificação, pois, quando não se noticia, não se tem como catalogar. Também há muitos casos nos quais as vítimas são registradas de forma errônea, como ‘homem’ ou ‘homossexual’, comprometendo os resultados do levantamento e fazendo com que a complexidade das violências sofridas não ganhe a visibilidade necessária.

Tendo em vista que o discurso midiático é uma fonte de acesso a e promoção de informações locais e globais e, através dele, são propagados sistemas de valores, é importante observar como as questões de identidade gênero são tratadas nos veículos jornalísticos, trazendo o valor potencial da linguagem na manutenção, produção e transformação das representações, através das escolhas linguístico-discursivas e dos investimentos nas construções de significações e nas nomeações utilizadas para se referir às pessoas trans, permitindo-nos contestar os processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão.

No nível discursivo, a violência transfóbica atua com discriminações veladas, através de mecanismos usados na produção de sentidos violentos na/pela linguagem, produzindo significados sociais violentos, interpelando suas vítimas a ocuparem uma posição de vulnerabilidade. Por isso, pensarmos acerca das (in)visibilidades das pessoas trans, que subvertem a ordem sexo-gênero-desejo, nos faz entender de que forma esses sujeitos, que estão marcados para morrer diante de tanto preconceito e discriminação, são socialmente construídos.

Dessa forma, além desse quadro alarmante, temos também a violência exercida por meio da linguagem. As pessoas de identidades de gênero dissidentes têm contra si a divulgação de discursos discriminatórios proferidos por grupos poderosos que regulam seus comportamentos, o que acaba, em certa medida, autorizando as pessoas e os agentes do Estado a tratarem-nas de forma abjeta e violenta. Podemos destacar algumas instituições sociais que atuam de forma significativa no controle cisheteronormativo por meio de discursos e práticas: a família, as religiões, as ciências médicas, as leis jurídicas, a escola e a mídia (BORRILLO, 2010; FOUCAULT, 2009).

Portanto, é nítido que todo esse ciclo da violência transfóbica é estrutural, institucional e está imiscuído em variados campos da vida dessas pessoas. Dessa maneira, a realidade opressora a que está submetida a população trans transcende a violência física. Por isso, é necessário entender que os diversos tipos de violências se apresentam ou se omitem em diferentes regimes de visibilidade.

Desse modo, é preciso destacar que as expressões linguísticas ferem e deixam marcas tão profundas quanto as deixadas pelos atos de violência física, além de contribuem para (re)produzir a discriminação e o preconceito nas mais diversificadas esferas sociais, ainda não erradicadas de nossa sociedade. Por conseguinte, é necessário entender que a violência

discursiva, embora seja considerada por muitos uma violência menor, impacta as vivências das pessoas trans, subalternizando-as e ferindo-as por meio da linguagem.

Portanto, é preciso investigações que se proponham a analisar/contestar os discursos que circulam nas mídias em torno da população trans, uma vez que esses veículos são responsáveis por divulgar informações que auxiliam o levantamento de dados feitos por associações como a ANTRA e demais entidades LGBTQIA+. Por isso, no nosso trabalho, escolhemos como nosso objeto de estudo o discurso jornalístico, tendo como foco o gênero notícia.

Conforme Fowler (1991), as notícias – um dos principais produtos da mídia – são representações de mundo na linguagem, e, pelo fato de serem um código semiótico, impõem uma estrutura de valores, significados e visão de mundo. Portanto, nenhuma escolha linguística é aleatória, pois diferentes modos de expressão da realidade carregam consigo diferentes ideologias. Dessa forma, o jornalismo fornece um campo bastante profícuo para a análise do discurso, cujo principal objetivo é contribuir para que elementos que não estão em evidência sejam notados e suas intenções sejam reveladas.

A partir dessas considerações, levantamos quatro questões que nos serviram de guia para o desenvolvimento do presente trabalho: (i) Como os principais jornais apresentam os casos de violência envolvendo as pessoas trans? (ii) O discurso jornalístico é conivente com posturas discriminatórias e atos atentatórios à dignidade LGBT ou promove harmonização do convívio com as diferenças? (iii) As identidades de gêneros das pessoas trans têm sido respeitadas pelos veículos jornalísticos? (iv) As notícias têm mostrado a violência contra a população trans como uma problemática séria?

Com base em tais questionamentos, duas hipóteses podem ser aqui levantadas: i) a construção discursiva dos jornais, ao mesmo tempo que pode contribuir para que antigas concepções socioculturais sejam modificadas, também pode favorecer a (re)produção de discriminações e dos preconceitos contra as travestis e transexuais, promovendo marginalização, precarização e desumanização; ii) a construção discursiva dos jornais que descrevem os crimes contra pessoas trans também pode (re)produzir violência linguística de motivação transfóbica, fortalecendo e naturalizando preconceitos a partir desses discursos veiculados.

Portanto, tendo em mente que o discurso midiático caracteriza-se como um discurso hierárquico e dominante, baseado numa estrutura de exclusão e discriminação de várias

minorias sociais, definimos como objetivo geral analisar, de modo crítico, a forma como os casos de violência e as violações dos direitos humanos contra a população trans são divulgados nos jornais, a fim de entender/questionar as estratégias linguísticas usadas para anunciar tais crimes e as possíveis consequências do uso dessas estratégias para o debate do assunto na sociedade.

Como desdobramento de tal objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- (a) Investigar como as transexuais e travestis, vítimas de violência, são descritas pelo discurso jornalístico.
- (b) Problematizar a forma como os jornais escolhidos se posicionam sobre a temática.
- (c) Refletir sobre o papel da mídia na manutenção de um discurso cis-heteronormativo no concernente às diferenças de gênero.

As perguntas e reflexões acima apresentadas são questões que procuraremos apontar na análise das notícias publicadas nos portais on-line G1 e UOL, no período de 2017 a 2021, cenário de recrudescimento da LGBTfobia e de legitimação de discurso de ódio e violência, notadamente relacionado à narrativa político-eleitoral, por parte do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, de sua equipe e de apoiadores. Além disso, nesse período houve impactos na perspectiva da juventude trans, pois as estatísticas de idade mínima para assassinato desse grupo no Brasil foram niveladas, ainda mais, para baixo, ficando entre 13 e 35 anos.

A escolha desses veículos se deve à representatividade no cenário midiático nacional, valor agregado como índice de audiência e credibilidade. O nosso corpus será composto por textos que tratam da temática da “violência contra pessoas trans”, em nível nacional. Para a seleção foram utilizadas as expressões de busca “transexual”, “transgênero”, “mulher trans”, “travesti”, “violência”, “morte”, “crime” e “transfobia” diretamente nos portais escolhidos.

Para nortear o percurso analítico, as reflexões aqui tecidas ancoram-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD), com as contribuições de Fairclough, bem como de pesquisadores adeptos à ACD, nas perspectivas de estudos sobre Gênero e Sexualidade, bem como teorias sobre o Jornalismo. Acreditamos que essas bases teóricas nos serão úteis nesse trabalho, pois são importantes teorias que visam

desconstruir diferentes formas de dominação e de exclusão de grupos minoritários, problematizando a premência de se romper com essa hegemonia.

Desse modo, procuraremos averiguar evidências de como as estruturas e práticas sociais afetam e determinam a escolha dos elementos linguísticos utilizados num texto, e que efeitos estas escolhas podem ter sobre as estruturas e práticas sociais como um todo na vida das pessoas trans, verificando, principalmente, se nos discursos construídos há ou não a presença de um discurso transfóbico.

No que tange à estrutura composicional da pesquisa, o trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo três deles dedicados ao arcabouço teórico do estudo, e um último em que se desenvolve a análise dos dados elencados para a investigação. A divisão se dará da seguinte forma:

a) No primeiro capítulo, deteremo-nos na discussão sobre a ACD, apresentando um aparato geral sobre a corrente, discorrendo sobre princípios, conceitos operacionais básicos e caráter epistemológico.

b) No segundo capítulo, discutiremos questões acerca das categorias do gênero e da sexualidade, bem como a relações delas com a linguagem e com as desigualdades sociais sofridas pela população LGBTQIA+.

c) No terceiro capítulo, situaremos algumas questões sobre o papel do jornalismo enquanto micropoder, refletindo sobre o discurso jornalístico e sua relação com a sociedade. Também discutiremos o papel da mídia como produtora e reprodutora de violências, sobretudo em se tratando de sujeitos que fogem à norma binária de gêneros.

d) O quarto capítulo se dedicará a realizar as análises propostas, seguindo os passos metodológicos traçados nesse estudo, de modo a buscar responder o problema dessa pesquisa e confirmar ou não a hipótese levantada.

Ao findar, apresentaremos algumas discussões cruciais encontradas no decorrer da trajetória científica e lançaremos reflexões para futuras pesquisas.

Acreditamos que este estudo se justifica diante de um cenário de violências e restrições de direitos e do boom de neoconservadorismos que estamos vivenciando, em que o gênero, como um dispositivo social de controle da maior importância, não foi excluído. Portanto, torna-se imperativo ampliar as pesquisas relacionadas às noções engessadas acerca

das identidades de gênero e sexualidade, mostrando a necessidade de discussões sobre a pluralidade de vivências de gênero e de sexualidades e do quanto ainda precisamos avançar nesse debate, pois é preciso participar da construção de uma sociedade que acolha as diferenças e singularidades, uma vez que só a pluralidade faz sentido.

Ademais, precisamos discutir o tema da violência, especialmente a Transfobia, dentro e fora da academia, pois esse tipo de violência passou a se intensificar sob outros aspectos, simbólicos, psicológicos, estruturais e institucionais, aspectos esses que acabam por autorizar quem manuseia essas ferramentas de opressão e de violência sobre os corpos que são matáveis. Assim, enxergar o discurso como poderoso instrumento de mudança social é indispensável.

Por fim, no papel de cidadã, de estudiosa e de usuária da língua, pretendemos suscitar reflexões e provocar um olhar crítico nos leitores sobre a forma como o discurso jornalístico representa as pessoas trans, a fim de contestar/indagar a forma como esses discursos fomentam e autorizam ferramentas de opressão e de violência sobre esses corpos.

Procedimentos Metodológicos

Para o nosso propósito de investigação, temos como foco o gênero notícia, pois, como já mencionado, devido à ausência de dados por parte do governo, os veículos jornalísticos e as mídias, hegemônicas, acabam se tornando as principais fontes para as instituições e as organizações que realizam os relatórios e os dossiês sobre a violência contra as pessoas dissidentes de gênero e de sexualidade.

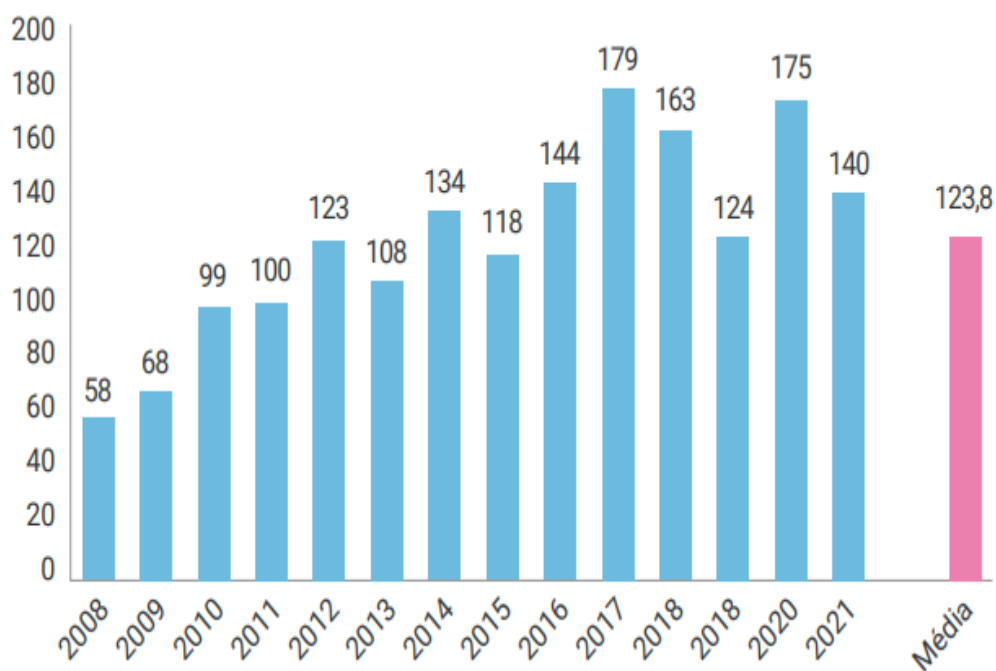
Delimitamos os textos noticiosos dentro das práticas discursivas, pois estão inseridos nas práticas sociais e nos permitem desvelar o jornalismo enquanto agente social que promove e repercute certas formas do senso comum e serve ao poder como mantenedor das estruturas sociais das crenças. Assim, o exame desses textos revela uma carga discursiva repleta de intenções, de ideologias e de crenças, muitas vezes veladas, para adentrar inconscientemente o universo do leitor.

Escolhemos como objeto de análise discursiva textos dos dois principais portais brasileiros de notícias on-line, G1 e UOL, tendo como objeto de estudo as notícias que abordavam a temática da violência contra travestis, mulheres trans e pessoas transfemininas que vivenciam a transgeneridade, pois elas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à

morte violenta e prematura no Brasil. Optamos pelas versões on-line desses portais, tendo em vista que são de fácil acesso, de período determinado e de credibilidade entre a população, além disso têm um alcance maior de público (e, conseqüentemente, de influência).

Nossa temporalidade de análise se inicia em 2017 e se estende até 2021, haja vista o fortalecimento do que vem se chamando de “cis-hétero-bolsonarismo”, pois, desde a última campanha presidencial, ocorrida no ano de 2018, temos nos deparado com discursos em tons reacionários e conservadores em relação ao debate sobre gênero e sexualidades, o que incrementa as dinâmicas de violência, porque reforçam discursos de ódio, provocando, assim, aceitabilidade e validação social dessas violências. Ademais, entre 2017 e 2021, tivemos 781 assassinatos de pessoas trans brasileiras, fazendo com que nesse período o país atingisse o ponto mais alto na história em número de assassinatos dessa população.

Gráfico 1 - Dados dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2021



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.
Disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>

A escolha dos portais de informações a serem analisados não se deu de modo aleatório, mas devido ao fato de serem neles que se concentram as notícias vinculadas a conteúdos jornalísticos de grande visibilidade e audiência. O portal G1, pertencente ao Grupo Globo Comunicação e Participação Social S/A, é um canal brasileiro de notícias na web mantido pela Central Globo de Jornalismo, das organizações Globo. Já o UOL (Universo

Online) é um portal de notícias, conteúdos e serviços digitais brasileiro. O portal integra o Grupo Folha e é considerado o pioneiro na Internet brasileira.

Quando se levam em consideração os selos de jornalismo digital, o G1 e o UOL apareceram, respectivamente, entre os sites de notícias mais vistos do país, ocupando o primeiro e segundo lugar respectivamente. Os sites foram listados a partir de um ranking disponível no site Alexa (responsável por analisar o tráfego online e quantificar o número de acessos a sites do Brasil e do mundo). Logo, figuram como meios de comunicação de grande relevância no cenário nacional.

Após a escolha do G1 e UOL como fontes documentais, foi necessário criarmos uma metodologia para resgatar as notícias que tratavam da violência contra pessoas trans. Para a seleção, foram utilizadas as expressões de busca “transexual”, “transgênero”, “mulher trans”, “travesti”, “violência”, “morte”, “assassinato”, “crime” e “transfobia” diretamente nos portais escolhidos. Buscamos apenas notícias relacionadas a casos de violência contra as mulheres trans, pois elas correm um risco particular e são a maioria entre as vítimas, por, além de sofrerem pela desigualdade de gênero vigente na sociedade, escaparem do padrão cisheteronormativo.

Assim, a seleção dos textos se deu com base numa análise exploratória, que primeiro procurou identificar signos lexicais e/ou semânticos referentes aos casos de violência contra pessoas trans no território nacional. Em um segundo momento, realizamos uma leitura abrangente de todas as matérias encontradas, analisando todos os títulos e subtítulos e os conteúdos em busca das "palavras-chave" pesquisadas, a fim de identificarmos as estratégias linguístico-discursivas dos jornais e quais efeitos criam. Por fim, comparamos as estratégias dos dois portais de notícias na construção dos discursos divulgados, de maneira a mostrar o posicionamento dos veículos jornalísticos.

Esse trabalho figurou-se, então, como uma pesquisa qualitativa, fundamentada teoricamente na análise crítica de discurso, caracterizada como qualitativa, fundamental, descritiva, individual e com caráter social (MARCONI; LAKATOS, 2010) e metodologicamente aplicada a partir da análise tridimensional do discurso, avaliando os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais. Também nos ancoramos em outras abordagens transversais, como os estudos de gênero e sexualidade.

Adotamos a Análise Crítica do Discurso como metodologia neste trabalho, primordialmente, por seu caráter emancipatório e também pelo fato de considerar a linguagem

como prática social, que leva em consideração o contexto do uso da linguagem como uma dimensão fundamental, ademais por ser um processo no qual pesquisadores e participantes são moldados, oferecendo possibilidades não apenas para a crítica, mas também para a transformação social que surge da crítica.

Fairclough (2001) desenvolve uma abordagem de análise linguística como um método para estudar as mudanças sociais e propõe um conceito de discurso e de análise de discurso de forma tridimensional, ou seja, um evento discursivo é simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. Cada dimensão tem um papel fundamental na análise de discursos. A dimensão do “texto” cuida da análise linguística de textos e é organizada em 4 itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (arquitetura dos textos); a dimensão da “prática discursiva” especifica a natureza dos processos de produção e interpretação social (como se combinam os discursos); a dimensão de “prática social” cuida de questões de interesse da análise social (modo como as circunstâncias institucionais e as organizacionais do evento discursivo moldam a natureza da prática discursiva).

Ao analisar a superfície dos textos sob a ótica da ACD, procuramos averiguar evidências de como as estruturas e as práticas sociais afetam e determinam a escolha dos elementos linguísticos utilizados em um texto e quais efeitos essas escolhas podem ter sobre as estruturas e as práticas sociais como um todo na vida das pessoas trans, verificando principalmente se, nos discursos construídos na imprensa, há ou não a presença de um discurso transfóbico.

Neste estudo, focalizaremos mais atentamente a análise da dimensão textual (FAIRCLOUGH, 2001), especificamente no que se refere aos elementos do vocabulário dos textos escolhidos, tais como a significação de palavras e o uso de metáforas, como o objetivo de enfatizar palavras-chave que apresentam significado cultural, palavras com significado variável e mutável, o significado potencial de uma palavra, e verificar que fatores (culturais, ideológicos, históricos, entre outros) determinam a escolha de uma determinada metáfora e qual o seu efeito sobre o pensamento e a prática, ou seja, como elas funcionam como um modo de hegemonia e um foco de luta.

Outras bases teóricas a serem utilizadas para os procedimentos metodológicos desta pesquisa são os estudos críticos do discurso por Van Dijk (2008). Um deles, mais global, é a análise das macroestruturas semânticas, que são os tópicos ou os temas dos textos, geralmente

intencionais e controlados pelo enunciador, expressos em títulos, resumos, sumários. O autor assevera que, para garantir a dominação, o poder e a manutenção das desigualdades, os grupos poderosos controlam o discurso público pela concessão, ou não, do acesso a esses discursos – o qual é definido pelo contexto (cenário, ações, participantes, representações mentais), pelas estruturas do texto (gêneros textuais, atos de fala) e pelos temas (macroestruturas semânticas). Por conseguinte, esse discurso controla as mentes e as ações dos indivíduos, que tendem a aceitar crenças, desde que sejam produzidas por fontes consideradas autorizadas, confiáveis ou críveis, ou pelo desconhecimento desses indivíduos sobre o discurso ou informação a que são expostos. É assim que são formados e/ou reformulados os modelos mentais e as representações sociais.

Outro procedimento, mais local, é a análise das microestruturas semânticas, as quais dizem respeito às escolhas lexicais e sintáticas, às relações proposicionais e aos recursos extralinguísticos feitos pelo produtor do texto. Assim, serão observados alguns empregos linguísticos que revelem posições ideológicas nesses textos.

A partir das análises feitas sobre os recursos lexicogramaticais desses dados, a pesquisa mostrará como as estruturas e as práticas sociais afetam e determinam a escolha dos elementos linguísticos utilizados em um texto e que efeitos estas escolhas podem ter na vida das pessoas trans, verificando, principalmente, se, nos discursos construídos pelos principais portais do país sobre a violência contra as pessoas trans, há ou não a presença de um discurso transfóbico, além de identificar o papel da hegemonia de determinados grupos sociais em detrimento de outros.

A análise crítica do discurso de notícias sobre casos de violência contra as pessoas trans funciona como uma possibilidade de colocar em evidência os macro e os microelementos que constituem este tipo textual, nos ajudando a refletir sobre como a estrutura social vigente consolida relações de poder.

Conforme Van Dijk (2008), a mídia jornalística tem o poder de decisão para escolher os atores a serem representados na arena pública, bem como o que será dito a respeito deles e, a priori, como será dito. Também destaca que muitos detentores de poder possuem ampla cobertura da mídia jornalística, tendo, portanto, seu poder legitimado de maneira abrangente.

Desse modo, acreditamos que realizar uma investigação linguística crítica pode representar um primeiro passo em um processo emancipatório, uma vez que, se estivermos conscientes dos conceitos e das noções naturalizadas, não-problematizadas, que se escondem

por detrás da linguagem, podemos resistir a e modificar um sistema de opressão e de dominação que opera através da linguagem (Fairclough, 1989).

2. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: ASPECTOS GERAIS

A Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, desenvolveu-se em um cenário de reação contra os paradigmas formais dominantes nas décadas de 1960 e 1970, sendo considerada uma abordagem teórica-metodológica interdisciplinar, que serve às ciências sociais e humanas como suporte científico para a explicação de problemas sociais relacionados ao poder como forma de controle (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999; VIEIRA, RESENDE, 2016).

De acordo com Fairclough (2001), na ACD, o discurso é visto como um tipo de prática social, de representação e de significação do mundo. Sendo assim, nessa teoria, o discurso é entendido como constituinte do social, como um modo de ação – pois é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros –, mas é também visto como uma forma de representação – pois nele valores e identidades são representados de forma particular.

Logo, como um elemento da vida social, o discurso define certos elementos, certas possibilidades e exclui outras, e, por meio dessas dinâmicas, surgem normas, convenções e/ou representações sociais. Nessa esteira, se estabelecem, reforçam ou subvertem conhecimentos ideológicos que subsidiam parâmetros socialmente e politicamente legitimados. Desse modo, para essa corrente de estudos críticos, a relação linguagem-sociedade é interna e dialética, o que significa que "questões sociais são, em parte, questões de discurso", e vice-versa (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p.7).

Nesse sentido, Marcondes (2001, p.17) defende que, ao investigarmos a linguagem, estamos investigando igualmente a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade” dessa comunidade; e desta forma pode-se dizer que não há uma separação radical entre “linguagem” e “mundo”, já que a “realidade” é constituída exatamente pelo modo como aprendemos a linguagem e a usamos.

Logo, por existir em uma relação dialética, o discurso não é apenas determinado pelas estruturas (sociais e discursivas), a prática discursiva não é um mero exemplo de estrutura

discursiva nem as estruturas são fixas e invariáveis; a perspectiva dialética leva em consideração a relação complexa e variável entre a prática discursiva e as estruturas, estas, por sua vez, manifestando “apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 94).

Portanto, enquanto prática social, a língua é permeada por conceitos ideológicos e, assim, o que for expresso através dela sempre será carregado de ideologia, de representações e de convenções atreladas à prática social do emissor. À vista disto, os estudiosos do discurso buscam tornar visíveis aspectos das práticas discursivas que podem ajudar a (re)produzir relações assimétricas de poder e que contribuem para sustentar ou modificar conhecimentos, crenças, atitudes ou valores.

Nessa direção, Fairclough (2001) considera que a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam as relações de poder e as ideologias particulares:

(...) o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta (FAIRCLOUGH, 2001, p.94).

Quanto ao conceito de ideologia, Thompson (1995) pontua:

Ideologia é o significado mobilizado por formas simbólicas (ações, imagens, textos) que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer relações de dominação no sentido de que o significado pode criar e instituir essas relações, sustentar, no sentido de que o significado serve para manter e reproduzir relações de dominação por meio dos processos de produção de texto (Thompson, 1995, p. 58).

Ramalho e Resende (2006) afirmam que a ideologia constitui um instrumento de lutas de poder, a qual opera por meio da disseminação de uma representação particular de mundo como se fosse a única possível e legítima. Desse modo, parte das disputas de poder consiste na tentativa de instaurar, sustentar e universalizar discursos ideológicos particulares.

Na perspectiva da ADC, o poder é temporário, estando sempre em equilíbrio instável, o que caracteriza o conceito de “luta hegemônica” (RAMALHO; RESENDE, 2006). Ao falar da dimensão social e discursiva, Van Dijk (2008) parte da premissa de que o poder é aquele social, e não individual, ou seja, exercido por um grupo social. O poder social necessita de uma base, e essa deve ser capaz não apenas de facilitar a articulação, mas de fornecer, aos grupos poderosos, controle sobre aspectos relacionados à produção, ao consumo e à

distribuição (FAIRCLOUGH, 2001, p. 105-106) dos discursos, ou seja, que estão cognitivamente relacionados ao processamento discursivo.

Para os analistas críticos do discurso, a ideologia é vista como um importante aspecto da criação e da manutenção de relações desiguais de poder. Isso ocorre porque o discurso materializado linguisticamente é resultado de escolhas linguístico-discursivas e sociocognitivamente orientadas, portanto é através de construtos linguístico-cognitivos que se estabelecem, reforçam-se ou subvertem-se conhecimentos ideológicos que subsidiam parâmetros socialmente e politicamente legitimados.

2.1 Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva crítica de investigação da linguagem

Os discursos são concebidos não apenas reproduzindo entidades e relações sociais, mas também construindo-as de diversas maneiras, cada uma das quais posicionando os sujeitos sociais de diferentes maneiras. Isso inclui as fundantes estruturas de classe, de gênero, de sexualidade, de raça e de etnia. Portanto, a ACD permite analisar as pressões provenientes de cima e as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder que aparecem em forma de convenções sociais, uma vez que “através do contato com textos marcados por desigualdade de poder, os sujeitos linguísticos/sociais são treinados a assumir certas posições de poder nos textos que produzem e consomem.” (KRESS, 1989, p.449).

Nesse sentido, a ACD ocupa-se dos efeitos ideológicos que os textos, como instâncias de discurso, podem ter sobre as práticas sociais, isto é, sobre as formas de indivíduos agirem no mundo e interagirem com o mundo, representarem aspectos do mundo e de si mesmos e construir identidades sobre si e sobre outrem. Esse paradigma serve, por isso, como um produtivo recurso para a análise de como os sentidos atuam a serviço de projetos particulares de dominação e de exploração, seja contribuindo para sustentar, seja para modificar conhecimentos, crenças, atitudes ou valores (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999).

A ACD busca ainda investigar de que modo uma entonação específica, um pronome, uma manchete jornalística, um tópico, um item lexical, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera, entre uma gama de outras propriedades semióticas do discurso, relacionam-se a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade. Isto é, ela não descarta a análise textual para a análise social do discurso, mas, ao contrário, busca relacionar propriedades típicas do micronível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a

aspectos comuns ao macronível da sociedade, como grupos, organizações ou outras coletividades e suas relações de dominação (VAN DIJK, 2008).

Essa análise deve ser feita observando-se o uso da linguagem no micronível e no macronível da ordem social, ou seja, tanto do ponto de partida da análise lexical, da interação verbal, quanto da reprodução de uma ideologia perante um determinado grupo social, pois, do ponto de vista da ACD, nenhum texto é neutro ou imparcial, uma vez que textos são vistos como personificações de uma série de práticas discursivas institucionais e políticas.

Logo, à ACD também interessa o papel do discurso na mudança social e nos modos de organização da sociedade em torno de objetivos emancipatórios, o que a insere num paradigma interpretativo crítico da realidade, pelo qual busca oferecer suporte científico para estudos sobre o papel do discurso na instauração/manutenção/superação de problemas sociais (TITSCHER et al, 2000; MAGALHÃES, 2010).

Conforme Melo (2012), o objetivo metodológico do analista crítico é investigar traços e pistas a fim de tornar visíveis as relações existentes entre a linguagem e outras práticas sociais, que são dadas como naturais. Portanto,

Os analistas críticos do discurso desenvolvem uma teoria/método para investigar como o exercício de poder hegemônico se mescla com práticas discursivas no mundo contemporâneo, ou seja, analisar e revelar o papel do discurso na (re)produção da dominação. Dominação esta entendida como o exercício do poder social por elites, instituições ou grupos, que resultam em desigualdade social, onde estão incluídas a desigualdade política, cultural e a discriminação por classe, etnia, gênero e orientação sexual. Especificamente, os analistas críticos querem saber quais as estruturas, estratégias, ou outras propriedades do texto, falado ou escrito, desempenham um papel nesses modos de reprodução. Trata-se de uma teoria do poder e contra-poder. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Nas palavras de Magalhães,

A ACD oferece uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à autoidentidade e à identidade de gênero, à exclusão social (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

Assim, podemos dizer que, “através do contato com textos marcados por desigualdade de poder, os sujeitos linguísticos/sociais são treinados para assumir certas posições de poder nos textos que produzem e consomem.” (KRESS, 1989, p. 449) Consequente, se alguém se torna consciente sobre os aspectos do senso comum que sustentam desigualdades, esses

determinados aspectos perdem sua potencialidade em manter relações assimétricas de poder, ou melhor, de funcionar ideologicamente.

Dessa forma, para se identificar as relações de poder e de assimetrias manifestas pela linguagem, é de suma importância considerar os processos e as estruturas sociais que ocasionam a produção de textos. Assim, cabe aos estudiosos críticos do discurso analisar os aspectos opacos e torná-los mais visíveis.

Ainda podemos entender, a partir das ideias de Fairclough (2001, p.92), que: “o discurso contribui para construção de identidades sociais, para a construção de relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças”.

Resumidamente, Chouliaraki e Fairclough (1999) reforçam que um dos compromissos centrais da ACD é revelar as ideologias subjacentes aos discursos, denunciando seu papel como elemento de dominação. Os autores acreditam que somente desvelando as formas de dominação imbricadas no discurso é que os sujeitos sociais são capazes de desenvolver práticas emancipatórias, utilizando o conhecimento sobre a vida como um meio de transformação social, por isso a marca registrada dessa teoria é a preocupação social como centro de análise.

São também relevantes os modos de ação da ideologia, que naturalizam relações desiguais; entre elas, as de gênero. Sobre o conceito de gênero, a ACD o considera como "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1990, p. 14). Já quanto ao texto jornalístico, a ACD o compreende como objeto sociocultural autêntico, imerso nas práticas discursivas das atividades sociais. Essa perspectiva leva em consideração a dimensão histórica, a produção, a disseminação e o consumo dos textos nas atividades sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

Fowler (1991, p.25) observa que a representação, tanto na imprensa quanto em todos os tipos de mídia e de discurso, é uma prática construtiva em que os eventos e as ideias não são comunicados de forma neutra. Os meios de comunicação que transmitem esses eventos e essas ideias encontram-se imbricados de valores sociais e criam uma perspectiva em potencial sobre os eventos que divulgam. Assim, os jornais revestem os eventos que reportam em uma linguagem carregada de valor, levando os leitores a assimilar passivamente ideologias.

O inegável poder da mídia tem inspirado muitos estudos críticos em muitas disciplinas: linguística, semiótica, pragmática e estudos do discurso.

Tradicionalmente, os enfoques analíticos do conteúdo em estudos críticos da mídia muitas vezes revelam imagens preconceituosas, estereotipadas, sexistas ou racistas em textos, ilustrações e fotos. De igual maneira, os primeiros estudos da linguagem da mídia se concentravam nas estruturas de superfície facilmente observáveis, tais como o uso tendencioso ou sectarista das palavras na descrição de Nós e Eles (e nas ações e características Nossas/Deles) [...] (VAN DIJK, 2010, p. 124).

Nesse sentido, a mídia é uma fonte de acesso e de promoção de informações locais e globais, e, através dela, são propagados sistemas de valores que variam conforme o padrão da emissora, do redator, do grupo social ao qual a informação é dirigida e de outras formas de controle ideológico, como políticas públicas, por exemplo. Assim, entendendo o jornalismo como um território discursivo, utilizaremos a ACD como ferramenta metodológica para analisarmos os textos noticiosos nos veículos escolhidos que tratam da temática acerca de casos de violência contra as pessoas trans.

3. QUESTÕES DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE OS DISSIDENTES

A constituição de sujeitos subalternos marca profundamente um território de diferenças. E essas diferenças, por sua vez, marcam um campo de vivências de desigualdades e injustiças que irão caracterizar grupos socialmente marcados como inferiores. Por isso, nas sociedades modernas, a problemática da constituição das identidades de gênero é uma das mais importantes variáveis explicativas do contexto social, uma vez que reconhecer masculinidades e feminilidades como construções sociais de sujeitos históricos, com identidades flexíveis e plurais, em constante movimento, pode ajudar a entender como relações de poder são reproduzidas e reafirmadas.

Assim, o pensamento de que o gênero é construído socialmente ganha mais força a partir do momento em que se percebe que gênero é uma forma de identidade, formada e transformada culturalmente em convívio social. De acordo com Stuart Hall (2011, p. 110):

[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído.

Joan Scott (1990) destaca que as relações de gênero são constitutivas das relações sociais e nelas podemos encontrar mecanismos e formas de relações de poder, nas quais mulheres e homens são organizados dentro de um conjunto específico de características que

definem padrões idealizados daquilo que conhecemos como feminino e masculino. Logo, pensar em gênero significa ponderar a respeito das construções sociais e comportamentais sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

O gênero é, portanto, uma representação da subjetividade íntima das pessoas, não estando condicionado ao sexo biológico. É uma construção social e uma opção assumida psicológica e fisicamente pelo indivíduo. Logo, diferentemente do que muitos acreditam no senso comum, a identidade de gênero de um sujeito não tem relação estrita com a maneira como esse mesmo sujeito exerce sua sexualidade e suas relações afetivossexuais. Sendo assim, cabe-nos olhar para as forças que, de um lado, tendem a fixar a diferença – produzindo subalternidades –, e, de outro, para os processos que atuam, desestabilizando-as pela subversão (BUTLER, 2003; SILVA, 2014)

Segundo Judith Butler (2003), a perspectiva da identidade de gênero deve ser repensada. A visão biológica e inata dos gêneros, isto é, a determinação do gênero de acordo com o sexo (homem = masculino; mulher = feminino) não se sustenta, pois ela não daria conta, por exemplo, da transexualidade e da travestilidade: “Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal” (BUTLER, 2003, p. 28).

E é através dessa perspectiva de Butler, de que a identidade é construída através de experiências, que Preciado afirma: “O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, em que certos códigos se naturalizam, outros ficam ocultos e outros são sistematicamente eliminados ou tachados” (PRECIADO, 2002, p. 23). Acreditando, assim, que as pessoas são moldadas a partir dos valores da sociedade em que vivem.

Por esse motivo, faz-se necessário esclarecer que as identidades dos sujeitos vão se produzindo ao longo da vida, em um processo de reprodução de outras já estabelecidas, ou de repulsão a elas. O indivíduo se apropria dos comportamentos de sexo e de gênero a ele estabelecidos e os ressignifica interiormente, aceitando-os ou rejeitando-os.

Destarte, para que possamos caminhar na conformação de sujeitos sociais e culturais mais transgressores, é urgente compreendermos como as identidades, em particular as de gênero e de sexualidade, se constituem em processos de diferenças e como essas diferenças acenam contextos de normas, de regras, de opressões e de exclusões.

Logo, é necessário propor processos de desconstrução dos binarismos, tais como natureza/cultura, homossexual/heterossexual, homem/mulher, a fim de avançarmos em práticas mais plurais e respeitosas com a diferença, visto que, em uma sociedade de multiplicidades e em constante mudança, estamos cada vez mais expostos às exigências contemporâneas.

Para tanto, discutiremos os corpos como construções discursivas, problematizando e desconstruindo a produção dos corpos-homem e dos corpos-mulher pautada numa visão essencialista e binária. Assim, levaremos em consideração a perspectiva discursiva de gênero – que, segundo Butler (2003), não se restringe apenas ao gênero, mas também à própria construção do sexo e do corpo.

3.1 Breve nota sobre a Teoria *QUEER*

A Teoria *Queer* surgiu nos Estados Unidos, na década de 90, com o objetivo de questionar as concepções de sexualidade presentes na sociedade, sendo interpretada como uma imposição cultural que permeia o discurso e a prática em diversos âmbitos da realidade social, cultural e política. A princípio, a palavra *queer*, no senso comum, era usada como um xingamento tanto para homossexuais, quanto para travestis, para transexuais e para todas as pessoas que se desviavam da norma cis-heterossexual. Entretanto, com base em uma perspectiva pós-crítica, o termo passou a ser ressignificado estrategicamente como forma de uma resistência ampla e não-metódica aos modelos normativos de sexo, de gênero e de sexualidade. Não há em português um sinônimo claro, talvez, como propõe a professora Berenice Bento, possamos pensar o *queer* como “transviado”.

Em termos teóricos e metodológicos, os estudos *queer* foram fortemente influenciados por vertentes radicais do feminismo e dos estudos gays e lésbicos, tendo como inspiração autores como Michel Foucault, Jacques Lacan ou Jacques Derrida. Nos anos 80, Teresa de Lauretis foi a primeira a empregar a denominação *Queer*. Já nos anos 90, a teoria congrega estudiosos como Judith Butler, Javier Saéz e Gayle Rubin, conquistando vários adeptos, tendo sua consolidação com a publicação do livro “Problemas de Gênero” (*Gender Trouble*) de Judith Butler.

De acordo com Butler (2003), compreender a identidade como uma prática, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. Logo, o sujeito se faz pelo e no discurso que, ao mesmo tempo, se faz pelo sujeito. A preocupação *queer* não é fixar uma identidade, mas admitir múltiplas formas de identidade, por isso denuncia os mecanismos por meio dos quais as identidades foram situadas como anormais.

Destarte, os teóricos *queer* analisam como a hegemonia heterossexual engendra desigualdades sociais como acesso diferencial aos direitos, à cidadania e ao reconhecimento para aqueles e para aquelas que escapam às normas e aos padrões. Dessa maneira, com as críticas à heteronormatividade, os estudos *queer* sugerem que é necessária uma mudança efetiva que reestruture a lógica binária de gênero e seus efeitos controladores: a exclusão, a hierarquia, a classificação e a segregação. Na definição de Lauren Berlant e Michael Warner:

Por heteronormatividade, entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral (2002, p. 230).

Nesse sentido, a teoria *queer* é uma corrente de pesquisa que explicita o caráter político-cultural da heterossexualidade, defendendo que os gêneros são construtos sociais e discursivos, por isso são atos performativos. Ou seja, o gênero é visto não como algo pronto, acabado, não problemático, ligado à morfologia dos sujeitos, mas como um constante vir a ser, não sendo, pois, algo com que se nasce ou que se possui, mas algo que fazemos e refazemos à medida que interagimos com os outros pela linguagem (BUTLER, 2003; MOITA LOPES, 2002, 2003; SANTOS FILHO, 2012).

De forma simplificada e puramente explicativa, Morris define a tarefa da teoria *queer*:

Quando nascemos, chegamos a um cenário inventado previamente. Aqueles que não se encaixam nas categorias estabelecidas são demonizados ou tratados medicamente. Os teóricos *queer*, seguindo o trabalho de Foucault, tentam questionar esta demonização, normalização e tratamento. A chave do ativismo *queer* reside em puxar ao avesso as práticas de normalização (MORRIS, 2005, p. 41).

GIFFNEY (2004) afirma que: “A tarefa da teoria *queer* consiste em tornar visível, criticar e distinguir o normal (estatisticamente determinado) do normativo (moralmente determinado)”. Neste sentido, essa teoria pode ajudar a compreender as complexidades em que os e os transgêneros vivem, pois se baseia em contestações, questionamento de normas e de lógicas estabelecidas na estrutura social. Sendo assim, a teoria *queer* é um meio para questionar a lógica fundante da identidade pelo sexo biológico, por exemplo, mostrando que a construção da identidade de gênero é inscrita por intermédio de experiências culturalmente construídas em relações sociais, rompendo com os apanágios identitários e concepções de sujeitos unitários e estáveis.

Logo, essa teoria pensa o corpo como discurso, visto que é um ato político, que pode ser usado como estratégia de (des)identificação, isto é, implica assumir que o corpo é uma materialidade política e que como tal pode ser usado como ferramenta para a desestabilização. Pode-se dizer, então, que a teoria *queer* é um instrumento de denúncia dos regimes de poder que cristalizam modelos heteronormativos de sexualidade (BUTLER, 1993; SEDGWICK, 1991).

Ainda que a produção norte-americana dessa corrente de estudos seja a mais conhecida, na conjuntura da sociedade brasileira, essa teoria possui um campo de pesquisa bastante desenvolvido, entretanto, ainda restrito às universidades, em diferentes áreas na academia brasileira, como Sociologia, História, Educação, Linguística, Comunicação, Antropologia e Artes. Atualmente, destacam-se no tema Larissa Pelúcio, Richard Miskolci, Berenice Bento e Guacira Lopes Louro.

A problemática da constituição das identidades de gênero, no cenário nacional, é uma das mais importantes variáveis explicativas do contexto social contemporâneo, por isso reconhecer masculinidades e feminilidades como construções sociais de sujeitos históricos, com identidades flexíveis e plurais, em constante movimento, pode ajudar a entender como relações de poder são reproduzidas e reafirmadas.

No Brasil, segundo Miskolci (2014), a teoria *queer* foi incorporada pela via do campo da educação através dos trabalhos de Guacira Lopes Louro no início dos anos 2000. Todavia, só em 2003 os estudos *queer* foram usados pela primeira vez nas ciências sociais brasileiras como suporte teórico, pela socióloga Berenice Bento, na defesa de sua tese “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”. Em 2006, a tese foi publicada em livro.

Ainda, de acordo com Miskolci (2014), aqui no Brasil, a Teoria *Queer* seguiu a contramão do caminho que pode ser observado nos Estados Unidos, pois lá a teoria mostrou-se aliada à demanda dos movimentos sociais por visibilidade e por propostas de problematização das noções de gênero. Porém, no nosso país, os estudos *queer* foram primeiro apropriados nas universidades e ainda hoje não foram tão profundamente explorados pelo movimento de gays, lésbicas e trans brasileiras/os. Entretanto, termos como heteronormatividade, heterossexualidade compulsória e performatividade de gênero já são usados por algumas lideranças e ativistas do movimento gay, lésbico e trans. Evidentemente, esse percurso tem relação com questões históricas, políticas e culturais que singularizam os saberes localmente.

Larissa Pelúcio (2014) argumenta que a produção acadêmica brasileira, no que diz respeito aos estudos *queer*, procurou muito mais encaixar as nossas singularidades locais em modelos teóricos oferecidos pela teoria *queer* importada dos EUA, reproduzindo, dessa maneira, uma matriz colonial do conhecimento, do que se dedicar ao trabalho de tentar provocar algumas tensões nas brechas que podemos encontrar nos estudos *queer* pensando a nossa realidade.

Consideramos, enfim, que os estudos de gênero e de sexualidade, no cenário nacional, precisam abrir espaço de problematização, em especial para as intersecções entre gênero, de sexualidade, de raça e de nacionalidade. Sabemos que os sujeitos que fogem à heteronormatividade amargaram um forte preconceito social durante boa parte da história, pois, apesar de sempre lutarem por afirmações de seus direitos, esses sujeitos são marginalizados, sofrendo cotidianamente violência moral e física. Assim, falar de identidades é, sobretudo, pensar o gênero como “um artifício flutuante”, uma possibilidade de romper a lógica binária. Dessa forma, torna-se imperativo ampliar as pesquisas relacionadas às identidades “trans”, visto que as teorias abordadas ainda não conseguem capturar a pluralidade de corpos que são produzidos.

3.2 Transgredindo o (CIS)tema: a derrubada da normalidade cisheteronormativa

Pensarmos acerca das (in)visibilidades dos corpos trans nos faz entender de que forma foi se constituindo esse processo de produção de saberes sobre esses sujeitos e como o binarismo socialmente construído acaba por colocar os corpos, os gêneros e as sexualidades

presas a uma destinação biológica, nos colocando não só o desafio de compreendê-las à luz dos processos de globalização que fragmentam e descentram o sujeito, mas também em sua dimensão cultural e política, que as colocam como identidades subalternas referidas a uma identidade hegemônica.

Inicialmente, é importante esclarecer que, em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a qualquer classificação) como transgênero ou cisgênero. Denominamos cisgêneros ou “cis” as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer. Já as pessoas que foram designadas com um gênero ao nascer e não se identificam com ele são chamadas de transgêneros ou “trans”.

Tendo em vista que a cisnormatividade e a binaridade são amarras coloniais sobre nosso ser, falar de identidades trans nos possibilita perceber o quanto a desconstrução dos binarismos torna-se necessária para que possamos reconhecer a multiplicidade de performances de gênero, em que a emergência de visibilidade aumenta a tensão entre os sujeitos e os saberes.

Nesse sentido, a relação entre sexo biológico e gênero, ao impor a experiência cisgênera como referência, produz a transgeneridade pela suposta incongruência entre ambos, com isso a necessária repetição nos atos que instituem a aparência de substância do gênero cria as condições para sua falibilidade (BUTLER, 2003).

O conceito transgênero é um termo “guarda-chuva”, pois abrange um grupo diversificado de pessoas que não estão em consonância, em graus diferentes com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi atribuído. Essa categoria abarca (mas não se limita) as pessoas transexuais e as travestis, embora isso seja contestado politicamente por indivíduos que se autoidentificam a partir destas duas categorias. Assim, os corpos trans são produzidos em não obediência à inteligibilidade social, ou seja, em não coerência e continuidade entre sexo/gênero/desejo (BUTLER, 2003).

Na seara acadêmica, a transgeneridade ainda é um tópico de difícil discussão, pois a categoria social representada por essas pessoas é marginalizada por não se enquadrar no sistema binário de gênero. Butler (2003) sinaliza que transexuais e travestis seriam justamente a subversão da ordem estabelecida, a ousadia que não exclui sofrimento e marginalização e simultaneamente abala a coerência compulsória.

No Brasil, ainda não há consenso sobre o termo, vale ressaltar. Apresentaremos um ponto de vista partilhado com algumas outras pessoas, especialistas e militantes. Na definição elaborada pela Associação Brasileira de Transgêneros, a transgeneridade constitui-se como:

Denominação geral de diversas síndromes e condições que leva uma pessoa a criar, desenvolver e/ou expressar, publica ou privativamente, uma identidade de gênero diferente daquela que recebeu ao nascer, em função da genitália que trouxe entre as pernas. Pelo tanto que esta condição sempre foi reprimida e combatida em diversas sociedades (principalmente judaicas, islâmicas e cristãs), a transgeneridade deve ser considerada como um forte ‘transgressão’ do binônimo oficial de gêneros masculino/feminino: – todo transgênero é antes de mais nada um ‘transgressor’, alguém não-conforme com os padrões de conduta gênero vigentes na sociedade e época em que vive.³

Fazendo um contraponto a essa questão, Lanz (2014) afirma que transgênero não é ‘mais uma’ identidade gênero-divergente, mas uma circunstância sociopolítica de inadequação e/ou discordância e/ou desvio e/ou não-conformidade com o dispositivo binário de gênero, presente em todas as identidades gênero-divergentes” (LANZ, 2014, p.70).

Para Jesus (2012), no mundo contemporâneo, mais que vivenciar uma identidade de gênero, ser transgênero corresponde a representar uma identidade política, pautada pela desconstrução da crença em papéis de gênero considerados naturais, construídos biologicamente; e pela visibilização de identidades particulares historicamente estigmatizadas, tornadas invisíveis em determinados espaços sociais considerados normais, com base em determinações estatísticas ou moralistas.

Assim, o que identifica e distingue a pessoa transgênera dentro da sociedade é a transgressão de gênero, a sua ousadia, insistência e determinação em confrontar o dispositivo binário de gênero, instituído e mantido pela sociedade como forma de classificação e hierarquização dos seres humanos, tendo como referência única e exclusiva o órgão genital que cada indivíduo traz entre as pernas ao nascer. (LANZ, 2015, p.69 apud SILVA; SOUZA e GOUVÊA, 2016, p.14)

Contudo, faz-se necessário esclarecer que trans é a pessoa que não se identifica com o gênero que foi designado biologicamente, e isso não pode ser confundido com a orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual) e sexo (pênis, vagina e intersexo). Portanto, pessoas trans podem ter qualquer orientação sexual, incluindo heterossexual, homossexual, bissexual e assexual. É importante frisarmos que a

³ Disponível em: http://www.abrat.org/?page_id=642. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

autodenominação, ou seja, a forma como os indivíduos se auto-classificam em relação às suas identidades de gênero e orientações sexuais, tem exercido uma influência cada vez maior na produção de subjetividades e de identidades psicossociais.

3.3 É preciso (trans)formar a sociedade

É impossível falar sobre transgeneridade sem falar sobre transfobia. Nesse sentido, é importante esclarecer que o termo utilizado para se referir a preconceitos e discriminações sofridos pelas pessoas transgênero, de forma geral, é transfobia, podendo ocorrer de forma consciente ou inconsciente, aberta ou velada, através do discurso do ódio, por meio de palavras ou gestos, ou ainda pelas vias de fato (agressões e até homicídios).

Posto isso, é fundamental conscientizar a sociedade a dar uma basta à violência contra pessoas transexuais e travestis, visto que o Brasil é o país que mais mata esse segmento e os números de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) continuam a crescer. De acordo com Bento (2014), além de um ataque contra o gênero feminino, “o transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo”, porém não é a única forma de opressão e de violação vivenciada pelas pessoas transexuais, em especial pelas mulheres trans.

Lamentavelmente, no Brasil, o espaço reservado aos homens e às mulheres transexuais, e às travestis é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade. Essas pessoas ainda precisam lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito à vida, ameaçado cotidianamente. A violência e a marginalização são as principais causas da baixa expectativa de vida das pessoas trans no Brasil, pois as levam à morte, social e física. Se interseccionarmos gênero com outros marcadores sociais, como raça e etnia, sexualidade e classe social, os efeitos da violência se mostram ainda mais acentuados. E, mesmo apesar dessa situação alarmante, essas pessoas têm suas histórias apagadas, seus nomes ignorados, suas identidades de gênero contestadas, pois são vistas como pessoas desviantes das normas morais preestabelecidas, logo devem ser excluídas, marginalizadas da sociedade e sentenciadas à morte.

Dados da Antra mostram que a maioria das mulheres trans é empurrada para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, visto que muitas se encontram em

alta vulnerabilidade social e são expostas aos maiores índices de violência. Estima-se que apenas 4% da população transfeminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Por sua vez, apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021)

De acordo com o último relatório da Antra, há diversos fatores que contribuem para esta política de morte e para a manutenção da violência no cenário atual. Destacamos aqui:

Quadro 1: Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021

- Ideologia politicamente dominante colonialista, cissexista, racista, autoritária, patriarcal, negacionista, anti-ciência e anti-gênero na estrutura do estado;
- Criminalização e tentativas de proibição das discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas e disseminação de uma política institucional antitrans através da narrativa falaciosa de uma suposta “ideologia de gênero”;
- Interferência direta no Estado de uma ideologia religiosa em detrimento do Estado laico;
- Manutenção e contratação de grupos que adotam uma ideologia antitrans nas esferas públicas e institucionais;
- Falta de campanhas de educação/prevenção da violência transfóbica;
- Ausência de projetos, ações e campanhas sobre educação e empregabilidade para a população trans;
- Dificuldade no acesso ou negação de atendimento de pessoas travestis e mulheres transexuais nas Delegacias da Mulher e demais aparelhos de proteção às vítimas de violência de gênero e/ou doméstica;
- Ausência de dados populacionais e estatísticos sobre a população LGBTQIA+;
- Dificuldade no acesso à saúde, especialmente no acesso aos procedimentos previstos no processo transexualizador e cuidados com a saúde mental;
- Ausência de casas-abrigo para LGBTQIA+ que são expulsos de casa, em retorno de migração forçada ou tráfico de pessoas, perseguidos politicamente, em situação de rua ou que, por algum outro motivo, não tenha acesso a moradia/local para viver;
- Omissão frente às violações de direitos humanos e a necessidade de mapeamento,

acompanhamento e controle quantitativo sobre a população trans privada de liberdade;

- Ausência de campos ou informações sobre nome social e identidade de gênero das vítimas no registro das ocorrências;
- Dificuldade no entendimento e na correta aplicação da decisão do STF que reconheceu a LGBTIfobia como crime de racismo nos termos da lei nº 7716/89;
- Não reconhecimento e garantia da proteção através da Lei Maria da Penha ou a tipificação das mortes como feminicídio.

Além disso, é preciso pontuar que o discurso em torno do pânico moral gerado pela falaciosa “Ideologia de Gênero” acabou por se transformar em uma estratégia e uma ferramenta de ódio, de cunho religioso cristão e político, alargando os motivos que propiciam ainda mais preconceito contra direitos das mulheres (cis e trans/travestis pessoas trans) e alimentando perseguições, principalmente, contra a existência de pessoas não-cisgêneras. Como afirma Bento (2015), ser mulher (cis ou trans) no Brasil é lutar por uma categoria que muitas vezes não se é acessada: a categoria de humanidade, posto que é um dos países que lidera o *ranking* mundial de assassinatos às diferentes maneiras de ser mulher.

Assim sendo, propomos uma ação questionadora para repensar os contornos nos quais a pluralidade identitária pode ser trabalhada, tendo em vista que, historicamente, a população transgênero é estigmatizada, marginalizada e perseguida devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero (JESUS, 2012).

Por consequência, é preciso mostrar que a construção da identidade das pessoas trans é inscrita através de experiências culturalmente construídas em relações sociais, rompendo com os apanágios identitários e as concepções de sujeitos unitários e estáveis. Nessa direção, torna-se imperativo ampliar as pesquisas relacionadas às identidades “trans”, visto que as teorias abordadas ainda não conseguem capturar a pluralidade de corpos que são produzidos.

3.4 A dor invisível: para além da agressão física

A realidade opressora a que está submetida a população trans transcende a violência física. É um ciclo de violências de todas as ordens, como a violência moral, a sexual, a física, a discursiva, a simbólica, etc., pois “ainda não são vistas como seres humanos, mas como seres abjetos” (JESUS, 2012, p.105). Assim, a transfobia estrutural e estruturante naturaliza práticas discriminatórias e dificulta o acesso das pessoas trans aos seus direitos. Por isso, é necessário entender como os diversos tipos de violências se apresentam ou se omitem em diferentes regimes de visibilidade.

De acordo com Silva e Barboza (2005), o uso da violência, tanto simbólica quanto física, como maneira de controle e, até mesmo, com o objetivo de se garantir a limpeza social passa a ser validada sob a justificativa de que se deve manter a ordem moral que harmoniza a sociedade. Dessa maneira, os grupos dominantes se “(...) utilizam da violência como se fossem meios naturais de resolução de conflitos, seja nas relações entre classes sociais, seja nas relações intersubjetivas” (ADORNO apud SILVA e BARBOZA, 2005, p.40). É como se assemelhasse a um processo de eugenia, com intuito de garantir exclusivamente o lugar da norma às pessoas cisgêneras.

A violência transfóbica é um crime com assinatura: segue um mesmo padrão. De acordo com artigo publicado pelos pesquisadores Fernando Seffner e Amilton Gustavo da Silva Passos (2016), do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os crimes contra a vida das pessoas trans costumam apresentar requintes de crueldade. Quando ocorrem, as agressões costumam ser múltiplas, por meio da utilização de instrumentos que permitem diversas investidas antes da efetiva morte de suas vítimas, sendo tais atos, muitas vezes, concentrados na região da face e nos órgãos genitais.

Nesse sentido, é urgente que nos questionemos sobre:

Como a gente convive, como a gente enfrenta, como a gente resiste a estas (e tantas outras) violências normatizantes, inferiorizantes, brutalizantes? Como a gente reflete sobre as mortes das travestis que acontecem pelo mundo afora? Das pessoas trans? Das pessoas de gêneros inconformes, de castas marginalizadas, dos corpos marcados por intervenções corporais não consentidas? (VERGUEIRO, 2014)

No nível discursivo, a violência transfóbica atua com discriminações veladas, de modo que a rejeição à transgeneridade circula nos discursos. Mecanismos usados na produção de

sentidos violentos na/pela linguagem produzem significados sociais violentos, interpelando suas vítimas a ocuparem uma posição de vulnerabilidade.

Em Discurso das Mídias, Charaudeau (2012) afirma que “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (CHARAUDEAU, 2012, p. 19), logo são representações de mundo na linguagem, impõem uma estrutura de valores, significados e visão de mundo. Portanto, nenhuma escolha linguística utilizada pelos veículos midiáticos é aleatória, pois diferentes modos de expressão da realidade carregam consigo diferentes ideologias. Assim, a influência midiática é notória naquilo que divulga e também naquilo que silencia.

Portanto, como espaço central na formação de valores, de ideias e de opiniões, cabe aos meios de comunicação debater temas relacionados à sexualidade e à identidade de gênero, de forma natural, sem julgamentos, esclarecendo dúvidas, a fim de educar a população e dirimir preconceitos. Todavia, os jornais atuam de forma ambígua, por vezes se configuram como um lugar de denúncias e discussões e outras vezes fazem surgir outras formas de violência. Nesse sentido, é importante que tenhamos um olhar crítico e de contestação sobre o papel que a mídia exerce na construção e na manipulação da opinião dos consumidores (leitores).

Após essas considerações, passaremos, na próxima seção, para a discussão sobre o papel do jornalismo na sociedade, por reconhecermos, principalmente, o seu potencial como difusor de informações e formador de opinião, capaz de aparelhar os fatos noticiosos e torná-los úteis para a construção da consciência e do ideário popular, produzindo sobre eles modelos mentais de forte influência no comportamento da população em geral.

4. JORNALISMO EM TRÂNSITO

A mídia é uma dimensão central da vida contemporânea - da cultura, da política, da economia e das relações pessoais, pois ajuda a dar forma à nossa visão do mundo, proporcionando quadros de interpretação que nos permitem definir visões e opiniões através de seus discursos. Desse modo, pode-se dizer que os meios midiáticos, sem sombra de dúvidas, constituem uma das formas da estrutura societal, uma vez que a sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais. Por isso, é considerada

uma das instâncias que, ao longo das últimas décadas, conquistou legitimidade para descrever e para interpretar discursivamente a realidade social. Assim, discutir as dinâmicas da mídia, em especial frente às questões de identidade de gênero, é fundamental.

4.1 Notícia jornalística

No domínio discursivo jornalístico, enquadram-se gêneros como nota, editorial, artigo de opinião, reportagem e notícia. Entre eles, a notícia pode ser considerada um gênero dominante, uma vez que é tomada como uma reconstrução da realidade, e, como já acentua Caldas-Couthard (1997), carrega em si as histórias diárias de nosso tempo. Por conseguinte, ela é concebida como um gênero social e culturalmente determinado.

A notícia, gênero ao qual dispensamos atenção neste trabalho, caracteriza-se como:

(...) a informação concisa de fato jornalístico, com referência, sempre que possível, a lugar, modo, causa, momento, e pessoas ou coisas nele envolvidas. Limita-se à narração do fato, sem nenhuma análise, interpretação, comentário ou pormenor dispensável. O fato deve refletir-se nela como essencialmente é: bom ou mau sério ou jocoso, solene ou pitoresco, agradável ou desagradável, sem nenhuma preocupação do autor em ser favorável ou contrário à pessoa ou situação de que se trate. A notícia pode veicular opinião ou apreciação de pessoas que participaram do fato, mas sempre entre aspas (RAMOS, 1970, p.171).

Segundo Traquina (1993, p.170), as notícias são produzidas por “pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural (possuem) um depósito de significados culturais armazenados e com padrões de discursos”. Dessa forma, os jornalistas podem ser vistos como intermediários no tráfego social da informação ou como agentes a serviço de causas consideradas nobres.

Charaudeau (2012) postula que o discurso da informação do gênero notícia constrói-se a partir de fatos e acontecimentos que, consubstancialmente, desdobram-se na captação, na restrição, na seleção e na apresentação das diversas ocorrências por meio da linguagem. Cabe, portanto, ao jornalista a tarefa de selecionar, através de critérios, aquilo que deverá ser a notícia.

Nessa seleção intervêm muitos critérios cuja importância pode vir variando segundo as circunstâncias do dia-a-dia. Mas, de qualquer jeito, o jornalista vai se perguntando se um fato merece ser notícia.

Em alguns casos, a magnitude do acontecimento faz com que a pergunta, se é que chega a ser cogitada, seja absolutamente desnecessária; mas em outros casos, o jornalista vai se questionar quais os elementos do acontecimento podem se tornar notícia. Para isso, ele levará em conta, basicamente, se isso interessa aos leitores, se interessa aos seus chefes, e se for possível, de acordo com o material que possui, se essa notícia pode ser feita (ALSINA, 2009, p. 295).

Logo, as notícias são o produto de um complexo processo de seleção e de escolhas a partir de um conjunto de categorias socialmente construídas. Assim, é fundamental (re)pensar o jornalismo pelos mecanismos da linguagem, que mostram as escolhas sobre as questões/sujeitos que terão voz e que serão silenciados, uma vez que, no cotidiano, os produtos jornalísticos permeiam a vida social, servindo como fonte de produção e intercâmbio de significados, o que se relaciona diretamente com a cultura.

Mota (2012, p. 208) fala sobre como a notícia é uma articulação discursiva dos fatos narrados e nunca uma representação transparente do evento em questão, uma vez que é submetida a diversos processos que englobam “habilidades técnicas, ideologias profissionais, conhecimento institucional e questões relacionadas com os leitores ou a audiência”. Sendo assim, a notícia não é concebida como um fato em si, mas compreendida como uma construção orientada por paradigmas sociais, ideológicos e institucionais (DAMLMASO & SILVEIRA, 2003).

Para Stuart Hall (1978), as notícias podem ser um produto para a amplificação dos poderes dominantes, para a definição do legítimo e do ilegítimo, do normal e do anormal e para a sustentação do status quo. Nessa perspectiva, o discurso midiático pode reforçar ou mesmo questionar padrões de comportamento, contribuindo para a preservação ou para a conservação de práticas e de costumes, uma vez que a linguagem que utilizamos é algo construído por meio da transmissão cultural e social, por conseguinte os textos midiáticos são representações discursivas.

Portanto, nenhuma escolha linguística utilizada pelos veículos midiáticos é aleatória, pois diferentes modos de expressão da realidade carregam consigo diferentes ideologias. Assim, a influência midiática é notória naquilo que divulga e também naquilo que silencia. Nesse sentido, Fairclough (1995) pontua que as representações, em textos midiáticos, contribuem para a reprodução de relações sociais de dominação e exploração, pois os textos da mídia funcionam ideologicamente no controle social e na reprodução social, sendo projetados para manter as pessoas politicamente e socialmente informadas.

Assim, podemos considerar o discurso jornalístico como instrumento capaz de pautar e de regular a vida em sociedade a partir das narrativas que coloca em circulação. Logo, enquanto campo marcado por “disputas, lugar de produção de sentidos e formação de valores” (SILVA, 2010, p. 27), o jornalismo deve atuar para não (re)produzir mecanismos de silenciamento, de marginalização e de exclusão de sujeitos, de saberes e de práticas dissidentes.

Sendo assim, escolhemos como nosso objeto de estudo o discurso jornalístico, tendo como foco o gênero notícia, pois o acompanhamento dos casos de violências contra as pessoas trans brasileiras é feito a partir de notícias publicadas na mídia e outras informações que, ignoradas por ela, chegam por meio das instituições afiliadas pelo Brasil, além de outros parceiros. Portanto, é preciso investigações que se proponham a analisar/contestar os discursos que circulam nas mídias em torno da população trans, uma vez que esses veículos são responsáveis por divulgar informações que auxiliam o levantamento de dados feitos por associações como a ANTRA, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e as demais entidades LGBTQIA+.

5. ANÁLISE DO CORPUS

O tema da violência contra pessoas trans tem ganhado visibilidade e se tornado pauta significativa em diversos jornais. Contudo, tão importante quanto falar sobre o tema é entender de que maneira se fala sobre esse tema, ou melhor, como os discursos são construídos e colocados em circulação. Assim, neste capítulo, analisaremos notícias publicadas nos jornais de maior visibilidade e mais lidos no Brasil, os portais G1 e o UOL. Os veículos foram escolhidos para análise por serem identificados como jornalismo de referência e terem grande alcance de público (e, assim, influência) potencialmente maior.

Optamos por matérias postadas em relação a casos de violência contra as pessoas trans, uma vez que as entidades LGBTQIA+ utilizam esses textos como base para realizar o levantamento de crimes contra essa população no país. Assim, o nosso corpus será constituído por notícias veiculadas sobre esse tipo de crime nos portais mencionados, especificamente o crime de transfemicídio. Nesse procedimento, coletamos, por meio da ferramenta de busca online do Google, textos produzidos e veiculados pela mídia jornalística de notícias nos jornais supracitados. Dessa forma, nossa coleta é de origem documental, uma vez que utiliza “dados de natureza formal, como textos midiáticos, jurídicos, oficiais, entre outros, cuja elaboração demanda competência de conhecimento especializado” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 95).

Delimitamos o gênero discursivo notícia para analisar em nossa pesquisa por reconhecermos, principalmente, o seu potencial como difusor de informações e formador de opinião, capaz de aparelhar os fatos noticiosos e torná-los úteis para a construção da consciência e do ideário popular, produzindo sobre eles modelos mentais de forte influência no comportamento da população em geral. A escolha do corpus da pesquisa foi feita a partir da ferramenta de pesquisa dos portais, dessa forma a seleção dos textos se deu com base numa análise exploratória, que procurou identificar signos lexicais e/ou semânticos referentes aos casos de violência contra pessoas trans.

Foram coletados e selecionados quatro textos noticiosos que trazem casos emblemáticos cobertos pela grande imprensa, nos últimos quatro anos, para mostrar alguns erros e escolhas editoriais que propagam a transfobia contra as vítimas, assim como os acertos nas apurações e abordagens.

A primeira notícia selecionada foi veiculada no segundo semestre de 2020, pois, nesse ano, mesmo durante e pós a pandemia ocasionada pelo coronavírus, a violência contra trans e travestis aumentou 13% em relação ao ano anterior, segundo a Antra. Logo, o recorte temporal para a análise de nossos dados consiste na delimitação da data em que a notícia foi publicada.

Neste trabalho, focalizamos mais atentamente a análise da dimensão textual, especificamente dos elementos do vocabulário dos textos escolhidos, tais como a significação de palavras e o uso de metáforas, com o objetivo de enfatizar palavras-chave que apresentam significado cultural, palavras com significado variável e mutável, significado potencial de uma palavra, e fatores (culturais, ideológicos, históricos, entre outros) que determinam a escolha de uma determinada metáfora e qual o seu efeito sobre o pensamento e a prática, ou seja, como elas funcionam como um modo de hegemonia e um foco de luta.

Ao realizar o levantamento e fazer uma leitura atenta das notícias coletadas, percebemos algumas características recorrentes, como:

- não tipificação da violência cometida (transfobia);
- desrespeito à identidade de gênero;
- uso incorreto dos pronomes para se referir às vítimas;
- confusão entre os termos identidade de gênero e orientação sexual;
- exposição do nome de registro;
- culpabilização da vítima pelo crime (tráfico, prostituição, roubo ao cliente)
- naturalização da violência;
- precariedade e deficiência de dados;
- ausência de relatos de parentes, amigos e entidades LGBTQIA+.

Esses aspectos elencados apresentam regularidades construídas no bojo de uma sociedade culturalmente erguida na matriz cisheteronormativa. Assim, limitamos o número do nosso corpus, selecionando quatro notícias veiculadas de casos de violência de grande repercussão contra pessoas trans ocorridos no país, no recorte de tempo escolhido.

Para uma melhor compreensão ao longo da pesquisa, abaixo apresentamos um quadro que traz as fontes das notícias, as datas de sua publicação (dispostas em ordem cronológica),

os títulos das matérias e os nomes das vítimas. O quadro também possui notas de rodapé, que apresentam os links de acesso aos textos das notícias, na íntegra, nos sites dos jornais.

Quadro 2. Caracterização geral das matérias selecionadas.

FONTE	DATA DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	VÍTIMA
Uol ⁴	15 de fevereiro de 2019	Mais um travesti é morto em São Paulo	Não identificada
G1 ⁵	26 de outubro de 2020	Mulher trans é assassinada com 7 tiros em Rio Largo, AL	Identificada apenas com o nome de registro
G1 ⁶	08 de janeiro de 2021	Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito	Keron Ravach
Uol ⁷	07 de julho de 2021	PE: Mulher trans que teve corpo incendiado morre após 15 dias	Roberta da Silva

A primeira notícia foi publicada no site da Uol, no dia 15 de fevereiro de 2019 :

⁴ Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/videos/videos.htm?id=mais-um-travesti-e-morto-em-sao-paulo-04020C983562C4B16326>

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/10/26/mulher-trans-e-assassinada-com-sete-tiros-em-rio-largo-al.ghtml>

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghtml>

⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/09/pe-mulher-trans-que-teve-corpo-incendiado-morre-apos-15-dias-internada.htm>

Texto 1: notícia publicada no portal Uol

Mais um travesti é morto em São Paulo

Uma travesti foi morta na Zona Norte de São Paulo, e o caso fez a Polícia Civil acreditar que um matador em série pode estar por trás dos crimes. Uma testemunha contou para os investigadores que a vítima correu do criminoso, mas foi atingida por tiros.

Fonte: Uol

O título inicia desrespeitando a identidade de gênero da vítima, ao utilizar o adjetivo masculino “morto” para referir-se à travesti. Essa não é escolha fortuita, mas de força ideológica, pautada na perspectiva de um padrão normativo ocidental hegemônico definido como cis-heteronormatividade, que hierarquiza e atribui valores às masculinidades, às feminilidades e aos arranjos familiares. Segundo Fairclough (2001), “formas das palavras podem ter forças que parecem altamente improváveis se as considerarmos fora do contexto” (p.112). Ainda no título, temos a palavra “mais”, usada para transmitir a informação de que o crime não é um caso isolado, uma vez que o advérbio mais transmite uma ideia de acréscimo/recorrência, entretanto, no texto da notícia, não é demonstrado qualquer sinal de alerta a respeito dessa informação.

Em seguida, no primeiro parágrafo, a notícia veiculada pelo UOL traz a expressão “uma travesti” para se referir à vítima. Há também a informação de que estão ocorrendo crimes em série na região, deixando margem para que o leitor perceba que o crime cometido trata-se de um ato recorrente na localidade. A notícia está montada de forma a compreendermos que, apesar dessa informação preocupante, não há responsabilização, não há resposta, não há clamor. Ou seja, vemos um processo de reiteração da precariedade da vida das travestis. Infelizmente, não existe uma construção discursiva que nos leve a olhar com pesar a morte dessa pessoa.

O primeiro e único parágrafo da notícia do Uol trata o crime ocorrido com superficialidade, o que pode revelar um descaso com o assunto, fazendo com que o veículo possa ser responsável pela manutenção e pela formação de preconceitos. Assim, a lógica de marginalização também se faz presente na narrativa da violência. No caso da notícia

analisada, percebemos uma cobertura superficial, que não preza pela complexificação e pela contextualização que a realidade brasileira de assassinatos de travestis e transexuais demanda.

Para Thompson (2008), conquistar visibilidade pela mídia é conseguir um tipo de presença ou de reconhecimento no âmbito público que pode servir para chamar a atenção para a situação de uma pessoa ou para fazer avançar a causa de alguém. Logo, enquanto campo marcado por “disputas, lugar de produção de sentidos e formação de valores” (SILVA, 2010, p. 27), o jornalismo deve atuar para não (re)produzir mecanismos de silenciamento, de marginalização e de exclusão de sujeitos, de saberes e de práticas dissidentes.

Nesse sentido, há necessidade de uma mudança pautada na diversidade por partes dos veículos jornalísticos, a fim de tratar com o mínimo de dignidade e respeito a identidade das pessoas transexuais e travestis.

A seguir, apresentaremos outra notícia sobre caso de violência contra uma mulher trans, desta vez ocorrido na cidade de Rio Largo. A matéria foi publicada no dia 26 de outubro de 2020.

A notícia a ser analisada foi retirada do portal G1 e foi divulgada às 08h31 do dia 26 de outubro de 2020:

Texto 2: notícia publicada no portal G1

ALAGOAS

Mulher trans é assassinada com sete tiros em Rio Largo, AL

Instituto de Criminalística (IC) e Médico Legal (ML) foram acionados e fizeram a perícia e recolheram o corpo da vítima.

Por G1/AL

26/10/2020 08h31 - Atualizado às 08h31

Uma mulher transexual foi assassinada com sete tiros na noite de domingo (25) na cidade de Rio Largo, região metropolitana de Maceió.

De acordo com militares da Rádio Patrulha, testemunhas contaram que uma mulher havia sido assassinada. Quando os militares chegaram ao local, viram a identidade da vítima com o nome de João Paulo Damascos dos Santos, 19 anos.

Os institutos de Criminalística (IC) e Médico Legal (ML) foram acionados e fizeram a perícia e recolheram o corpo da vítima.

Não há informações sobre a autoria do crime.

2 GUARDA MÓVEIS E ACOLHE ANIMAIS

Fonte: G1

Ao analisarmos a notícia veiculada pelo G1, percebemos que, no título, o portal

destaca a identidade de gênero da vítima, quando o/a jornalista utiliza a expressão “mulher trans”. Além disso, o veículo traz também um posicionamento de alerta para o segmento T (travestis, transexuais e transgêneros). O uso dos termos “uma” e “assassinada” apresenta desinência de gênero feminino, mostrando respeito à identidade de gênero. A informação de que a mulher trans foi assassinada “com sete tiros” vem reforçar o requinte de crueldade do crime. Assim, ao optar por essas escolhas lexicais, o jornal aponta um posicionamento ideológico, pois essas escolhas possuem efeitos causais que podem gerar mudanças internas em crenças, em desejos e em valores de pessoas, assim como mudanças externas no redirecionamento político, no mercado econômico, na mobilização de ações coletivas, entre outras (FAIRCLOUGH, 2016).

No primeiro parágrafo, o portal de notícias apresenta a informação sobre o crime e respeita a identidade de gênero da vítima, tratando-a como “mulher trans” e usando os artigos referentes ao feminino. Porém, só são apresentados dados relacionados à data do ocorrido e à forma como a vítima foi brutalmente assassinada.

Ao relatar que a vítima recebeu “sete disparos de arma de fogo”, o veículo jornalístico acaba por evidenciar algo recorrente quando se trata de crimes cometidos contra as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, “uma vez que quando ocorrem, as agressões costumam ser múltiplas, por meio da utilização de instrumentos que permitem diversas investidas antes da efetiva morte de suas vítimas, sendo tais atos muitas vezes concentrados na região da face e nos órgãos genitais”, apontam, em artigo, os pesquisadores Fernando Seffner e Amilton Gustavo da Silva Passos, do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De acordo com a Antra, no Brasil, a taxa de mortes por arma de fogo é superior a 70%. No caso de mortes envolvendo trans, essas mortes significam 44% - os casos restantes são de crimes com armas brancas, como facas, apedrejamentos ou estrangulamento. Segundo especialistas, isso é indício de que há mais crimes de ódio.

Ainda no segundo parágrafo, ao expor o nome de registro da vítima “Viram a identidade da vítima com o nome João Paulo”, que é divergente de sua identidade de gênero, o G1 atenta para uma negação da identidade informada pelas testemunhas, reforçando o que afirmam Petry e Meyer (2011, p. 195): “numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho”. Assim, partindo da concepção de Roberto Reis

(1992, p. 122), “a linguagem é uma forma de violência imposta à natureza, ao real”. Logo, no que concerne ao desrespeito causado por expor o nome de registro da vítima, constatamos que ocorre transfobia velada por parte do jornal.

Como vimos, não há nenhuma menção ou preocupação em divulgar o nome social da mulher morta, o que demonstra que o jornal não o considera como válido. Inclusive, esse é um dos mecanismos utilizados para invisibilizar a identidade de gênero por parte do G1, que opta por elidir o nome social e expor o nome de registro da vítima, ignorando o reconhecimento que a comunidade trans tanto reivindica. Logo, percebemos que, ao anular essa identidade, o aparato midiático não considera a vida dessa pessoa por quem se tem pranto e luto (BUTLER, 2019).

Sendo assim, além de morta, a mulher trans tem sua identidade contestada pela mídia, que, em um último golpe, põe um nome que representa uma pessoa que já estava morta, mesmo em vida. Desse modo, percebemos que as estratégias ideológicas, pautadas marcadamente por uma matriz sexista, falocêntrica e transfóbica, se materializam linguístico-discursivamente em textos jornalísticos – em especial na notícia – para engendrar a construção da imagem desses atores sociais.

De acordo com a Antra, a imprensa, ao nomear as pessoas trans no masculino ou apresentar o nome de registro, reitera estigmas e violências contra essa parcela da sociedade. Barbai (2015, p. 211) diz que: “O que nos dá corpo é a linguagem. Assim, o que faz o destino do ser humano não é a anatomia, mas o discurso”. Logo, constatamos que o discurso proferido no jornal tem um teor preconceituoso, devido à reprodução de concepções naturalizadas, baseadas na correlação entre o sexo designado ao sujeito no nascimento e o gênero, o que acaba por marginalizar aqueles que simplesmente são diferentes da norma, como é o caso das/dos transexuais, além de “naturalizando concepções transfóbicas” em toda a sociedade, seja na mídia, seja fora dela, pois, de acordo com Thompson (2011, p. 71), “nós estamos ativamente nos modificando por meio de mensagens e de conteúdo significativos oferecidos pelos produtos da mídia (entre outras coisas)”.

Nessa seara, é importante ressaltar que, em um país com altíssimo grau de violência contra a população trans, o G1, ao fazer essas escolhas linguísticas para noticiar o crime, não se preocupou em prestar informações respeitadas e com o enfrentamento da violência com que essas mortes acontecem. Assim, percebemos que o discurso é baseado na lógica binária de

identidade a partir do sexo biológico, o que acaba deslegitimando as pessoas trans, que tanto lutam para terem suas identidades respeitadas e reconhecidas.

No último parágrafo, vemos a informação de que “não há informações sobre a autoria do crime”, situação muito recorrente quando se trata de crimes direcionados à população LGBTQIA+. De acordo com Bento (2014):

São corriqueiras as notícias de pessoas transexuais e travestis assassinadas no Brasil sem que haja apuração e punição dos/as culpados/as. Acaba-se produzindo uma hierarquia das mortes: algumas merecem mais atenção do que outras. De modo geral, na lógica jurídica, um dos critérios para se definir a posição que cada assassinato deve ocupar na hierarquia dos operadores do Direito parece ser a conduta da vítima em vida. Nessa cruel taxonomia, casos de pessoas transexuais assassinadas ocupam a posição mais inferior. É como se houvesse um subtexto: “quem mandou se comportar assim”. Essa taxonomia acaba (re)produzindo uma pedagogia da intolerância. A vítima é metamorfoseada em ré em um processo perverso de esvaziá-la de qualquer humanidade. (BENTO, 2014, p. 554)

Ainda, segundo dados da ANTRA, apenas em 9% dos casos os criminosos são identificados e punidos. A falta de punição, infelizmente, acaba estimulando novos ataques a esses sujeitos dissidentes.

Por fim, percebemos que a matéria é reproduzida em curtas linhas informativas, minimizando e desqualificando a morte e a transfobia existente, pois, como vimos, ignora o nome social e desrespeita a identidade de gênero da pessoa assassinada. Portanto, é mister continuar ressaltando a problemática do desrespeito à identidade da pessoa, pois esse mecanismo é usado constantemente como forma de deslegitimar a aplicabilidade da legislação para elas.

Texto 3: notícia publicada no portal G1:

Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito

Adolescente de 17 anos foi detido e confessou o crime, afirma policial responsável pelo caso.

Por G1 CE
08/01/2021 12h22 - Atualizado há um ano



Adolescente de 13 anos foi agredida até a morte com pauladas e chute em Camocim, no Ceará — Foto: Arquivo pessoal

A adolescente trans Keron Ravach, de 13 anos, **assassinada a pauladas,**

A adolescente trans Keron Ravach, de 13 anos, **assassinada a pauladas, chutes e socos em Camocim, Região Norte do Ceará,** foi morta por cobrar uma dívida de R\$ 50 por um encontro sexual que teve com o suspeito, de 17 anos. A vítima foi encontrada morta em um terreno baldio no Bairro Apossados.



De acordo com o delegado Herbert Ponte, responsável pelas investigações, após o encontro ficou combinado primeiro o pagamento de R\$ 30 e em seguida R\$ 20.

“Ele [a vítima] ficou cobrando e o adolescente que confessou o crime disse que não tinha o dinheiro e cometeu esse crime bárbaro”, afirmou o delegado.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais lamentou em publicação em rede social o assassinato de Keron.

“Uma criança trans de 13 anos foi brutalmente assassinada no Ceará. Tendo sido espancada com chutes e pauladas. Mais uma vida trans perdida prematuramente em função do ódio e da transfobia, já nos primeiros dias de 2021.”

Suspeito com antecedentes criminais



Keron Ravach: Tinha 14 anos neste mês e foi assassinada a chutes e pauladas — Foto: Reprodução

Ainda segundo Herbert Ponte, o adolescente de 17 anos tinha antecedentes criminais por furto e assalto, e era usuário de drogas. Após ser apreendido, o jovem prestou depoimento, onde foi registrado um ato infracional análogo ao crime de homicídio em desfavor dele. Em seguida, o jovem foi transferido para um Centro Socioeducativo de Sobral.

Keron faria 14 anos no fim deste mês. Ela estudava na Escola de Ensino Fundamental Francisco Ottoni Coelho, no município em que foi vítima. A instituição publicou nota nas redes sociais demonstrando pesar pelo falecimento.

“Neste momento de dor e indignação, toda comunidade escolar se solidariza com os familiares, amigos e colegas, e expressa as mais sinceras condolências”, publicou a escola.

Fonte: G1

Ao analisarmos o título “Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$50 do suspeito”, percebemos que a ênfase está na motivação do crime apresentada na sentença “por cobrar dívida”, demonstrando uma relação de causa e efeito. Ao optar por essa construção sintática, o jornal direciona o foco da notícia e colabora com a ideia de culpabilização da vítima pelo crime cometido, característica recorrente nos casos de violência contra mulheres.

Outro aspecto a ser mencionado é a faixa etária da vítima, “jovem trans de 13 anos”,

considerada adolescente, que mostra como essa população vive em situação de vulnerabilidade desde cedo. De acordo com a CIDH (2015), a maioria das mulheres trans está imersa num ciclo de violência, de discriminação e de criminalização que perdura toda a vida, desde muito cedo, provocando exclusão e violência em qualquer instituição social na qual estejam inseridas.

No trecho “A adolescente trans Keron Ravach, de 13 anos, assassinada a pauladas, chutes e socos em Camocim, Região Norte do Ceará, foi morta por cobrar uma dívida de R\$ 50 por um encontro sexual que teve com o suspeito, de 17 anos.”, primeiro parágrafo da notícia, notamos que o veículo reforça a culpabilização da adolescente pelo crime ocorrido, retirando o foco da brutalidade praticada pelo infrator. Ademais, estabelece relação com a atividade sexual desempenhada pela jovem, numa tentativa de direcionar um julgamento social pela atividade exercida pela vítima.

Ao expor a fala do delegado, que menciona o valor do programa, notamos como tal escolha evidencia o peso da estigmatização social e a justificção da ação criminosa realizada por parte do assassino. Ressaltamos ainda que a menção ao valor do serviço prestado pela jovem demonstra a precarização dessa vida. Assim, o assassinato das mulheres trans se revela natural, dado o contexto profissional, retomando o discurso social de que as vidas das pessoas dissidentes são desimportantes e ‘não valem nada’. Sobre essa questão, Butler (2010) reforça que essas pessoas são consideradas abjetas e suas vidas são levadas de modo precário, julgadas sem nenhuma importância.

Outro excerto que merece destaque no primeiro parágrafo é a descrição da brutalidade do crime “assassinada a pauladas, chutes e socos”, comprovando as afirmações trazidas pela CIDH (2015) no que se refere à crueldade dos crimes cometidos contra essa população. De acordo com essa comissão, muitas manifestações de violência contra essas pessoas se sustentam no desejo do perpetrador de castigar certas identidades de gênero, expressões e corpos que diferem de normas e dos papéis de gênero tradicionais ou que infringem o binarismo.

No parágrafo seguinte, que traz a fala do delegado Herbert Ponte, “Ele [a vítima] ficou cobrando e o adolescente que confessou o crime disse que não tinha o dinheiro e cometeu esse crime bárbaro”, a escolha do veículo jornalístico por reproduzir na matéria o pronome “ele”, usado pelo delegado para se referir à vítima, deixa evidente a violência imputada às mulheres trans, no sentido de desqualificar suas identidades, como se fossem falsas. Como se não

bastasse, o jornal ainda expõe uma imagem de Keron (segunda foto) com uma aparência que não condiz com sua identidade social, uma vez que a jovem está trajada com roupas lidas como masculinas. Observa-se que, numa situação tão delicada, não houve sensibilidade, por parte do jornal, para respeitar a identidade e a imagem construídas socialmente por ela. Logo, além de ter a vida ceifada, a jovem teve sua dignidade violada.

Lamentavelmente, muitos jornais ainda usam o masculino para se referir às mulheres trans (travestis e transexuais), embora, desde os anos 90, o Grupo Gay da Bahia tenha introduzido no Brasil o uso correto do feminino – as travestis, as transexuais, para as trans que vivenciam o papel de gênero feminino. Para Bento, “a identidade de gênero, pela qual a pessoa lutou e perdeu a vida, lhe é retirada no momento de se notificar ou contabilizar a morte. Toda a biografia de resistência e de agência da pessoa trans assassinada é apagada quando se devolve o corpo aos braços do determinismo biológico” (BENTO, 2015, p. 31).

A matéria do G1 dá voz à ANTRA, importante entidade, porém esse espaço é curto e não desenvolve a dimensão da problemática do assassinato da adolescente, considerada a mais jovem vítima de transfeminicídio no país, desde quando o levantamento começou a ser realizado pela instituição. Já a versão policial, que criminaliza a vítima, recebeu bastante espaço.

A fala da autoridade policial se refere ao crime como “homicídio”, não apresentando a tipificação correta do crime de natureza transfóbica, como foi citado no posicionamento trazido pela ANTRA: “Uma criança trans de 13 anos foi brutalmente assassinada no Ceará. Tendo sido espancada com chutes e pauladas. Mais uma vida trans perdida prematuramente em função do ódio e da transfobia, já nos primeiros dias de 2021.” Assim, o veículo, ao não nomear o tipo de violência, acaba por não dar visibilidade à problemática e nem ajudar a sensibilizar as instituições e a sociedade sobre a ocorrência e permanência da violência baseada no gênero. Essa escolha implica o apagamento das peculiaridades que marcam os atores sociais. Como sugere Fairclough (2003a, p. 201): “a representação genérica contribui para a universalização hegemônica de uma representação particular”, legitimando, assim, uma determinada crença que, no caso, naturaliza os assassinatos das mulheres trans.

No último parágrafo, o veículo traz uma postagem realizada pela escola de Keron, que lamenta a violência sofrida pela jovem, porém a nota apresentada utiliza um texto de forma genérica, não mencionando nenhum detalhe da situação e nem informações detalhadas sobre a estudante, podendo ser uma publicação utilizada para diversas situações. Ademais, notamos

que o portal de notícias não demonstra uma preocupação em apresentar informações mais detalhadas sobre a vítima e nem depoimentos de parentes/amigos. Assim, o veículo de comunicação mostra-se superficial ao não apontar dados complementares para uma interpretação mais consciente dos fatos por parte dos leitores.

Já em casos violentos contra pessoas cisgêneras, os dados aparecem de maneira mais detalhada. Isso reflete a visão social de que essas vidas não importam, pois são consideradas precárias, logo não são tidas como merecedoras de cuidado e nem passíveis de luto. Nesse contexto, suas mortes funcionam como desfecho de uma vida estigmatizada. Segundo Butler (2015, p. 13), “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras”.

Após a análise da notícia publicada pelo G1, percebemos que o posicionamento do jornal demonstra desrespeito à comunidade e à identidade das pessoas trans, além da não preocupação em alertar sobre a motivação do assassinato, desviando o foco da real problemática. Para a ANTRA, esse crime acende um alerta, pois evidencia “o início da tentativa de destruição sistemática de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo” (ANTRA, 2021, pág. 41). Dessarte, infelizmente, uma problemática tão séria, que põe vidas em jogo, foi veiculada por meio de um discurso que afastou o leitor de perceber a real complexidade do fato, reduzindo-o a um crime banal.

Texto 4: notícia publicada no portal Uol

PE: Mulher trans que teve corpo incendiado
morre após 15 dias internada



Mulher foi internada no Hospital da Restauração com 40% do corpo queimado
Imagem: Reprodução/Google Street View

Ed Rodrigues

Colaboração para o UOL, do Recife

09/07/2021 12h54

A [mulher trans de 32 anos que teve o corpo incendiado no Recife \(PE\)](#) morreu na manhã de hoje. Roberta Silva passou 15 dias internada no Hospital da Restauração, em estado grave. Ela teve 40% do corpo lesionado com queimaduras de terceiro grau. Às 9h, segundo a unidade de saúde, a paciente não resistiu às falências respiratória e renal.

Com a morte dela, sobe para quatro o número de pessoas transexuais assassinadas em Pernambuco em menos de um mês.

O Movimento LGBTQIA+ Leões do Norte lamentou a morte de Roberta Silva. Ao **UOL**, o vice-presidente da entidade, Rildo Veras, disse que recebeu a notícia com tristeza.

"É preciso uma trans ser queimada e morrer para o estado nos ver como cidadãos e cidadãs. Parece que só a morte nos traz dignidade", disparou.

Para a Leões do Norte, os ataques sequenciados demonstram a dimensão da transfobia na sociedade brasileira.

"Só sendo queimados, esfaqueadas, é que somos percebidos pelo estado brasileiro. Vale ressaltar que em sua maioria são crimes de ódio. No imaginário comum do agressor, ele não quer só matar o corpo, mas também a história daquela

pessoa", disse Rildo Veras.

"Foi só depois que Roberta foi queimada, que a notaram. Ela já era cidadã, moradora de rua, mas uma cidadã com seus direitos negados. Nós somos queimadas, esfaqueadas e mortas porque ousamos amar de maneira diferente do foi condicionado pela sociedade. E, por isso, pagamos com a vida. Mas não vão nos calar", acrescentou.

Em suas redes sociais, ao longo da semana, o governador Paulo Câmara exigiu da Polícia Civil uma investigação rigorosa de todos os casos registrados nas últimas semanas.

Segundo a SDS (Secretaria de Defesa Social), de janeiro a maio deste ano, o estado registrou 13 homicídios de pessoas da comunidade LGBTQIA+.

Os números do mês de junho, informou a pasta, serão fechados no próximo dia 15.

Entenda o caso

Roberta Silva era moradora de rua e foi atacada no dia 24 de junho. Ela dormia, no Cais de Santa Rita, centro do Recife, quando foi incendiada por um adolescente de 16 anos. O jovem foi apreendido em flagrante e Roberta, socorrida no Hospital da Restauração, onde há um setor referência em queimaduras no estado.

A vítima deu entrada da unidade de saúde com 40% do corpo atingido e queimaduras de 3º. Devido às lesões, teve de imediato um dos braços totalmente amputado.

Dias depois, contra todos os esforços da equipe vascular do hospital, teve o outro braço amputado acima do cotovelo.

Após uma piora, Roberta precisou ser intubada e enviada à UTI do HR. Hoje, no entanto, ela não resistiu.

Outros casos

A morte de Roberta Silva é o quatro homicídio de pessoas trans em menos de 30 dias no estado.

No dia 18 de junho, Kalyndra Selva foi asfixiada pelo companheiro dela, no Recife. No último domingo (4), a cabeleireira Crismilly Pérola foi morta a tiro também na capital pernambucana.

Já na madrugada da quarta-feira (7), Fabiana da Silva Lucas foi assassinada a golpes de faca em Santa Cruz do Capibaribe, agreste pernambucano.

Fonte: Uol

A notícia 4 circulou em 09/07/2021, no portal Uol. O texto aborda o caso de Roberta da Silva, mulher trans pernambucana, que foi atacada por um adolescente que ateou fogo ao seu corpo na cidade do Recife. A brutalidade do crime gerou comoção nacional e teve uma considerável cobertura midiática. Vale ressaltar que o ato criminoso ocorreu no contexto da pandemia decorrente do coronavírus, quando, segundo pesquisas, houve um acirramento das vulnerabilidades da população LGBTQIA+, além de um aumento das pessoas trans em situação de rua e de prostituição.

O primeiro parágrafo do texto em destaque apresenta a forma violenta que levou a vítima a óbito. Roberta, “a mulher trans de 32 que teve o corpo incendiado”, teve 40% do seu corpo queimado e uma série de complicações médicas. Segundo Benevides (2022), no último relatório divulgado pela Antra, o ato de incendiar pessoas trans tem sido um método cruel de matá-las desde sempre e vem sendo evidenciado em pesquisas anuais. A autora pontua que, durante o ano de 2021, houve um aumento desse tipo de crime, visto que, pelo menos em 4 casos, as vítimas tiveram fogo atado aos seus corpos enquanto ainda estavam vivas.

Ainda no primeiro parágrafo, há a informação que “com a morte de Roberta, sobe para 4 o número de pessoas transexuais assassinadas no estado de Pernambuco em menos de um mês”. Esse excerto expressa a produção de um sentido que leva o leitor a enxergar a situação de vulnerabilidade a que estão submetidas as pessoas que ousam romper as normativas de gênero.

O segundo parágrafo dá voz a Rildo Veras, representante do Movimento LGBTQIA+

Leões do Norte, organização de promoção e defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da população LGBTQIA+, que atua em todo o estado de Pernambuco. Destacamos que a fala de Rildo Veras é de suma importância, pois, retomando Fairclough (2001), a representação do discurso é obviamente uma parte importante das notícias: representações do que as pessoas disseram e que merecem ser noticiadas.

Rildo, representando uma autoridade nas temáticas que envolvem esse grupo e tendo conhecimento de causa sobre a violência específica, que inclui a orientação sexual e/ou a identidade de gênero das pessoas como fator determinante dessa violência e das violações de direitos humanos, lamenta o caso e denuncia um cenário de violência, em que as pessoas que não atendem à normativa de gênero, bem como a forma e a intensidade dos crimes cometidos contra essas pessoas, são motivados pelo ódio transfóbico considerado na escolha da vítima pelos suspeitos. No excerto “só sendo queimadas, esfaqueadas, é que somos percebidas pelo estado brasileiro”, Veras manifesta indignação e cobra um posicionamento do estado em relação às violências ocorridas.

Rildo Veras declara que: “foi só depois que Roberta foi queimada, que a notaram. Ela já era cidadã, moradora de rua, mas uma cidadã com seus direitos negados. Nós somos queimadas, esfaqueadas e mortas porque ousamos amar de maneira diferente do foi condicionado pela sociedade. E, por isso, pagamos com a vida. Mas não vão nos calar”. A esse respeito, Beatriz Pagliarini, em fala para o blog Transfeminismo, corrobora, apontando que a transfobia não ocorre por conta de como pessoas trans se portam, se vestem ou se sentem. A transfobia acontece e existe porque a sociedade se estrutura por meio de normas cisgêneras, que marginalizam, estigmatizam, discriminam e excluem pessoas trans, independentemente da performance de gênero individual das pessoas trans.

Outro ponto que nos chama a atenção é o excerto que traz o posicionamento do governador, em que o chefe do estado cobra às autoridades policiais a apuração cuidadosa dos casos. O trecho diz: “Em suas redes sociais, ao longo da semana, o governador Paulo Câmara exigiu da polícia civil uma investigação rigorosa de todos os casos registrados na última semana”. Logo após esse trecho, o jornal expõe a fala do órgão de segurança, “segundo a SDS (Secretaria de Defesa Social), de janeiro a maio deste ano, o estado registrou 13 homicídios contra a comunidade LGBTQIA+”.

Essa informação da SDS sobre o número de crimes ocorridos no estado demonstra que o foco da preocupação do governador Paulo Câmara é fixado apenas no intervalo de tempo

dos crimes mais recentes, e não nos demais ocorridos ao longo do primeiro semestre, tendo em vista que ele exige explicações apenas para os assassinatos cometidos “nas últimas semanas”. Dessa forma, os outros casos parecem não importar para a autoridade do estado. Com isso, notamos uma omissão por parte do Estado em relação às demais violações e violências contra pessoas trans ocorridas em Pernambuco. Nessa perspectiva, trazemos o pensamento de Butler (2015) sobre seres cujas existências não são enquadradas como vida:

Se certas vidas são consideradas merecedoras de existência, de proteção e passíveis de luto e outras não, então, esta maneira de diferenciar as vidas não pode ser entendida como um problema de identidade nem sequer de sujeito. Trata-se, antes, de uma questão de como o poder configura o campo em que os sujeitos se tornam possíveis ou, na verdade, como eles se tornam impossíveis. (BUTLER, 2015, p. 231–232)

Sobre isso, é importante dizermos que, como já mencionado, devido à brutalidade da violência perpetrada contra Roberta, houve comoção nas redes sociais e apelo para que as autoridades se posicionassem. Desse modo, o argumento de Rildo sobre o fato de que era preciso um crime de tamanha gravidade para que as entidades se posicionassem, se confirma, pois, para as autoridades, esses seres são condicionados à abjeção, lugar ‘inóspito’ e ‘inabitável’ em que são alocados aqueles corpos que não possuem o status de sujeito (Butler, 2018).

No último parágrafo da notícia veiculada pelo site UOL, percebemos um posicionamento preocupado em alertar sobre a recorrência dos crimes contra a comunidade trans no estado. Isso ocorre porque o veículo traz novamente a informação de que “a morte de Roberta Silva é o quarto homicídio de pessoas trans em menos de 30 dias”. Esse dado de que o crime não é um caso isolado, uma vez que são apresentadas mais três vítimas, todas nomeadas e com as identidades de gênero respeitadas, reitera a gravidade da situação e a marginalização compulsória em que pessoas trans/travestis estão inseridas. Assim, o portal apresenta uma importante estratégia enunciativa, que denuncia a triste e preocupante realidade das pessoas transgêneras, além de ser capaz de colaborar para uma maior comoção social sobre a problemática.

Outro ponto a ser destacado é o espaço destinado à notícia, o Uol apresenta uma página inteira para a explanação da temática, suscitando reflexões sobre o quão preocupante é a situação enfrentada por essa população, sugerindo que tais crimes não são um fenômeno social isolado e desconexo, mas um problema social grave, fazendo-se necessário descobrir as mediações que o cercam. Além do espaço para tratar a temática, o portal trouxe as vozes de

diversas autoridades, como chefe de hospitais, representante de entidade LGBTQIA+, governador, autoridades policiais, recurso pouco usado na maior parte das notícias que abordam crimes contra as pessoas trans. Aqui, voltamos a atenção para os estudos de Fairclough (1995), em que precisamos nos atentar aos enquadramentos trazidos pelo autor, ou seja, refletir sobre o que ele escolheu para aparecer ou não na notícia, o que entra em primeiro plano e o que é apenas apresentado de forma breve e genérica. Todas essas questões nos dão pistas sobre as prováveis intenções do autor, suas ideologias e para o que ele quer chamar a atenção: para o crime em questão e para a eficácia do Estado e dos poderes públicos para lidar com a problemática.

Quanto aos aspectos semióticos, a imagem usada pelo veículo para reportar notícia é da parte frontal do Hospital da Restauração, um dos centros médicos de maior referência no estado, local onde a vítima ficou internada. A foto foi capturada pelo google street, ou seja, trata-se de uma imagem genérica, que não faz alusão a crimes, preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis, o que não chama atenção para a temática a ser debatida, uma vez que a imagem, como recurso semiótico, exerce importante papel na construção da representação social, pois funciona, em adição aos recursos linguísticos, como estratégia de persuasão e revela marcas ideológicas específicas, orientando interpretações, sentidos e recortando as informações valorativamente.

Após a análise da notícia publicada pelo Uol, percebemos que o posicionamento do jornal revela respeito à comunidade e à identidade das pessoas trans, assim como preocupação em conscientizar os leitores acerca da grande incidência de casos violentos e desrespeito com a dignidade humana. O percurso trilhado pelas pessoas transgênero tem sido cada dia mais perpassado pela violência, dessa forma faz-se necessária uma intervenção, por parte da imprensa, a fim de alertar sobre crimes motivados pelo ódio, ataques violentos e tortura; e a mídia, como um veículo formador de opinião e propagadora de ideologias, nesse caso do veículo analisado, trouxe um posicionamento responsável diante de uma temática tão relevante para transformação social.

Como reforça Benevides (2022, pg.53), é preciso “gerar uma discussão com toda a sociedade a respeito da transfobia e das violências contra pessoas trans, no sentido de humanizar essa população e garantir acesso a direitos sociais e políticos de forma efetiva e direta, para que outras gerações tenham uma vida melhor”.

6. TECENDO ALGUMAS CONCLUSÕES

A partir das notícias, que se constituíram como um objeto principal de análise desse estudo percebemos algumas características das produções jornalísticas apontadas neste trabalho, as quais nos mostram que há alguns marcadores de abjeção vinculados ao gênero, como a culpabilização da vítima, a ausência de falas que lamentam essas mortes, a incoerência entre sexo e gênero com a ênfase no uso de pronomes não condizentes com a identidade das vítimas, a exposição do nome de registro, entre outros. Tudo isso nos revela que o jornalismo ainda precisa avançar no que diz respeito a uma maior preocupação com a forma de narrar essas mortes, de forma a desenvolver um questionamento crítico frente ao contexto do extermínio e da vulnerabilidade vivenciados pelas pessoas trans e não apenas reiterar essas violências, pois, como ressalta Pelúcio (2012):

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (PELÚCIO, 2012, p. 399).

Assim sendo, a violência contra as mulheres trans é considerada uma problemática gravíssima no Brasil, por isso é preciso que sejam tomadas medidas para combatê-la, as quais devem ser viabilizadas não só pelos órgãos responsáveis por evitá-la, mas também por aqueles que levam ao conhecimento da sociedade esse tipo de crime. Dessa forma, cabe aos jornais, importantes instrumentos de formação de opinião, suscitar discussões e reflexões mais salutares sobre a temática, por exemplo, levantando questões sobre a reincidência desse tipo de violência.

Para além da ética profissional, esperamos que os veículos jornalísticos tenham responsabilidade social ao abordar questões relativas à violência direcionada à população trans, uma vez que é através das informações divulgadas por eles que associações como a ANTRA e demais entidades LGBTQIA+ realizam o levantamento de dados sobre os crimes contra essa população. Logo, como espaço que tem uma função importante de guardião da memória, o jornalismo não pode continuar contribuindo para violentar, ainda mais, mesmo após morte, a vida e as memórias das pessoas trans.

E, embora, o último relatório da Antra tenha revelado que, no ano de 2021, apenas 10% dos casos notificados pela mídia não respeitaram a identidade de gênero das vítimas e

17% dos casos expuseram seu nome de registro - muitos deles sem sequer mencionar o nome social, percebemos que ainda são recorrentes os casos em que não é respeitada a identidade de gênero das vítimas, assim como seu nome social, e que o desrespeito vai além.

Portanto, como aporte para trabalhar e repensar as questões de gênero e de sexualidade na mídia, sugerimos que os profissionais leiam o livro *Manual de Imprensa LGBTQIA+*, material produzido por ONGs e instituições que compõem esse grupo, que tem como objetivo ser uma ferramenta para auxiliar a cobertura jornalística com relação às temáticas LGBTQIA+.

Considerando os dados e fatos aqui analisados, a *Análise Crítica do Discurso* mostrou ser uma ferramenta imprescindível para a análise social no processo de compreender como se criam as diferenças e como elas atuam para fazer frente aos processos normalizadores que justificam o uso das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão.

Desse modo, é preciso destacar que, embora a violência física seja mais evidente, uma vez que ela acarreta consequências notórias à saúde corporal e à integridade, as expressões linguísticas ferem e deixam marcas tão profundas quanto as deixadas pelos atos de violência física, além de contribuírem para (re)produzir a discriminação e o preconceito, nas mais diversificadas esferas sociais, ainda não erradicados de nossa sociedade.

Nesse sentido, é importante que tenhamos um olhar crítico e de contestação sobre o papel que a mídia exerce para a construção e a manipulação da opinião dos consumidores (leitores), pois, se nos tornamos conscientes sobre os aspectos do senso comum que sustentam desigualdades, esses determinados aspectos perdem sua potencialidade em manter relações assimétricas de poder, isto é, de funcionar ideologicamente.

Desse modo, concluímos que os discursos jornalísticos podem (des)construir e (in)visibilizar pessoas que se desviam do padrão cisheteronormativo, legitimando certas violências, ainda que simbólicas. Nas palavras de Bourdieu (2007), esse tipo de violência é suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Benetti (2008) aponta que texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. (BENETTI, 2008, p. 111). Portanto, há necessidade emergente de uma reforma na dinâmica entre sociedade e

mídia, a fim de influir positivamente na construção de uma nova realidade social para as pessoas trans, refletindo sobre as implicações ético-políticas daquilo que fazemos por meio da linguagem.

Cabe ainda ressaltar que nosso trabalho não se encerra aqui, e que novas discussões, novos olhares a ele se somem. Ademais, dentro da perspectiva da ACD, no tocante ao engajamento do pesquisador quanto ao desejo de uma sociedade mais justa e equânime, pretendemos avançar na perspectiva do raciocínio dialético faircloughiano, de modo engajado em ações que incentivem mudanças sociais. Portanto, no nosso caso, buscaremos oferecer minicursos de formação continuada sobre as temáticas relacionadas às questões de gêneros e sexualidades para jornalistas, alunos e professores, a fim de potencializar práticas emancipatórias e acolhedoras das diferenças nesses espaços. Afinal, a “intervenção pode assumir várias formas: produzir orientações para a prática não discriminatória em instituições” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 264), como é o caso de nosso estudo. Esperamos que esta leitura, tal como o fazer teórico em análise de discurso, produza algo da ordem de um movimento, ou mesmo de um simples incômodo. Almejo também fazer com que as pessoas que são leitoras desses grandes portais de notícias possam refletir sobre como as relações de poder se estabelecem pela linguagem, a fim de que não somente façam uma leitura mais crítica da realidade, desvelando neutralizações, mas também possam atuar na sua transformação.

Finalizo lembrando que lutar contra a transfobia é dever da imprensa e de toda a sociedade, pois as vidas e as narrativas trans importam. Nesse sentido, é preciso insistir na luta e na insurgência dos corpos trans, respeitando seus nomes, suas identidades, suas vidas, suas pluralidades e suas singularidades.

Resistir sempre, em todos os sentidos, “é de trans pra frente”! (Dodi Leal)

REFERÊNCIAS

- ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê Assassinatos e violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA e Instituto Brasileira Trans de Educação – IBTE, 2019. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e->

[violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf](#) > Acesso em 06. jan. 2020

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf> . Acesso em: 7 abr. 2021.

BENEVIDES, B. G (Org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> . Acesso em 20 de mar. de 2022.

BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

BENETTI, M. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, 2008. p. 13-28.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. **Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos**, 4 jun. 2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf . Acesso em 10 ago. 2021.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona, Içaria, 2002. p.229-257.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In.: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BUTLER, J. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. 6 reimpressão. Paidós: Barcelona, 2014.

BUTLER, J. 2015. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CALDAS-COULTHARD, Carmen R. **News as social practice**. Florianópolis: UFSC, 1997.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). **Gêneros reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2004. p. 13-41. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse: voices**. London: Edward Arnould, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética**. Parágrafo, v. 4, n. 1, p. 17–27, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOWLER, Roger. **Language in the News**. London: Routledge, 1991.

GIFFNEY, Noreen (2004). **Denormatizing Queer Theory: More Than (Simply) Gay and Lesbian Studies**. *Feminist Theory*, 5(1), 73-78.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

KRESS, G. **Linguistic processes in sociocultural practice**. Victoria: Austrália: Deakin University, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação**. *Estudos Feministas*, Ano 9, 2º semestre 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGALHÃES, I. Análise de discurso crítica: questões e perspectivas para a América Latina, In: RESENDE, V.; PEREIRA, F. H. **Práticas socioculturais e discurso. Debates transdisciplinares**. (Orgs.) LabCom Books, 2010. p. 09-28.

MARCONDES, D. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MELO, I.F. **Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica**. In: *Revista Linha d'Água*, n. 25, v.2, p. 307-329, 2012.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MISKOLCI, Richard. **Crítica à hegemonia heterossexual**. CULT – Revista de Cultura Brasileira, nº 193, p. 33-35, agosto/2014.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**. Niterói, v. 7, n. 2, p. 257-269, 1. sem. 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.) **Discursos de identidade: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

MORRIS, Alisson. Criticando os críticos. Uma breve resposta aos críticos da justiça restaurativa. In: SLAKMON, Catherine; DE VITTO, Renato Campos Pinto; PINTO, Renato Sócrates Gomes (Org.). **Justiça restaurativa: coletânea de artigos**. Brasília: Ministério da Justiça / PNUD, 2005. p. 439-472.

PELÚCIO, Larissa. **Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil**. Periodicus, vol. 1, no 1, Salvador, 2014 [http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254 - acesso em: 10 de março 2020].

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contra-sexual**. Editora Opera Prima. Madri, 2002.

RAMALHO, Viviane e RESENDE, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como Material de Pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011. 194p.

RAMOS, Fátima Maria Elias. **Uma análise da concepção de língua e linguagem das professoras da Educação de Jovens e adultos**. 2008.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolução do gênero e da sexualidade**. Londrina: Planta, 2005.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio. **A construção de masculinidades bissexuais em salas de batepapo: um estudo em linguística queer**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil, 2012.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Da emergência da Linguística Queer. In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística Queer.** Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** São Paulo: Educação e Realidade. V.16 (2), 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet.** Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991.

SEFFNER, F. & SILVA PASSOS, A. **Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional.** Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, n. 23 - ago. 2016 - pp.140-161.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** SILVA, Tomaz Tadeu (Org). Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p.73-102.

SILVA A. S; BARBOZA R.. Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis. **Athenea Digital.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Instituto de Saúde. Brasil, ISSN: 1578-8946, -num. 8: 27.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias.** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Porto Alegre, UFRGS, 2010.

SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter. **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais.** São Paulo: Cortez, 2006.

TITSCHER, S. et al. **Methods of Text and Discourse Analysis.** Londres: Sage, 2000.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

VERGUEIRO, V. **Memórias Trans Interseccionais Contra Abismos Cissexistas.** Transfeminismo. Salvador, 20 de Nov. de 2014. Disponível em: <https://transfeminismo.com/memorias-trans-interseccionais-contra-abismos-cissexistas/> Acesso em 10 ago. 2021.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2015.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2010. p. 103-133.